

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LAURA DE OLIVEIRA TOMASI

**A SINGULARIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI: A DENÚNCIA DO DESAMPARO**

Prof^ª Dr.^a. Mônica Medeiros Kother Macedo
Orientadora

Porto Alegre

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A SINGULARIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI: A DENÚNCIA DO DESAMPARO**

Dissertação de Mestrado

LAURA DE OLIVEIRA TOMASI

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Medeiros Kother Macedo

Orientadora

Porto Alegre, dezembro de 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A SINGULARIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI: A DENÚNCIA DO DESAMPARO**

LAURA DE OLIVEIRA TOMASI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Medeiros Kother Macedo

Orientadora

Porto Alegre, dezembro de 2011.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T655s Tomasi, Laura de Oliveira

A singularidade da história de vida de adolescentes em conflito com a lei : a denúncia do desamparo / Laura de Oliveira Tomasi. – Porto Alegre, 2011.
106 f.

Diss. (Mestrado) – PUCRS. Faculdade de Psicologia.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração:
Psicologia Clínica.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo.

1. Psicologia Clínica. 2. Adolescentes – Violência.
3. Psicanálise. 4. Delinquencia Juvenil. I. Macedo, Mônica
Medeiros Kother. II. Título.

CDD 155.5

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Laura de Oliveira Tomasi

**A SINGULARIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI: A DENÚNCIA DO DESAMPARO**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo

Presidente

Prof^ª. Dra. Daniela Centenaro Levandowski

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Prof^ª. Dra. Noeli Reck Maggi

Centro Universitário Ritter dos Reis

Porto Alegre, dezembro de 2011.

“Antigamente, a noite caía, eu saía pra balada, curtir baile funk, o batidão. Junto com a rapaziada, dinheiro no bolso, tirando onda, cerveja que eu queria. Ficava ligado no movimento, indo pronto pra correria, dedinho pro ar. Começou a dar o arrastão. Fazendo “tchun tcha” na palma da mão. Todo mundo saía do chão. Era um contra o outro. Gritar, pode vim. Pra ver quem era o mais forte, chamava os reforço, as união. E os contra tentavam a sorte. No meio da briga, dá soco na cara, puxava as correntes, roubava os bonés. A firma é rica e se fortalecia. Voltava sempre com outro tênis Nike no pé. Isso não é cinema, não é um filme. É pura realidade, é a vida de bonde. É 157. Latrocínio na necessidade. Eu sou de bonde sim, eu sou de facção. Pratico 155 e faço o arrastão. Eu sou de bonde sim, não tenho piedade, pichando e roubando, boto o terror na cidade. A vida de bonde é a fúria da zona. Não tenho o que falar.”

(Música cantada por participante do estudo, dez. 2011)

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Mônica Medeiros Kother Macedo, minha orientadora e modelo profissional de inspiração nos caminhos da Psicanálise, pela leitura criteriosa das minhas produções, pela qualidade do saber transmitido, pelo constante encorajamento e incentivo e pelo suporte afetivo. A ela o meu carinho e a minha admiração!

AGRADECIMENTOS

Durante esse longo percurso, algumas pessoas se fizeram presentes, distintas em suas participações. A elas, quero registrar o meu sincero agradecimento:

À minha família, pelo apoio e suporte não só nessa trajetória, mas também em tantos outros momentos de minha vida. À minha mãe, Márcia, a quem sempre recorro, pela dedicação e pelo modelo profissional que me mostrou o admirável caminho da Psicologia. Ao meu pai, Nilmar, pela qualidade do afeto e por sempre acreditar em mim, me incentivando frente aos obstáculos. Ao meu irmão, Bruno, pela nossa amizade e pelos momentos de troca que compartilhamos. Aos meus avós, Ilda, Darli e Nilza, pelo cuidado e pela torcida a cada uma de minhas conquistas. Ao meu avô, Natalino, que, mesmo não estando mais aqui, sempre será para mim uma referência pela sua determinação, seu jeito afetivo e, principalmente, seus valores humanos.

Ao Rafael que entrou na minha vida de uma forma muito especial e que, hoje, faz parte dela, pelas palavras de apoio e incentivo que me confortam e me deixam segura, acreditando que tudo dará certo.

À Patrícia Viegas, pela escuta atenta e pela qualidade da relação estabelecida que me mostra novas perspectivas, por fazer parte dessa caminhada e da minha vida.

Às minhas queridas colegas de mestrado que estiveram comigo durante estes dois anos, Mariana Baldo e Roberta Giacobone, pela amizade e afeto, e pelos momentos de desconcentração durante essa trajetória.

Às mestrandas “novas”, Clarice Moreira e Lísia Refosco, pelo carinho, pelo apoio e pela parceria nas nossas produções.

Às auxiliares de pesquisa, Eduarda Motta e Giordanna Indursky e ao Bolsista de Iniciação Científica, Thomás Gonçalves que me apoiaram durante a realização da dissertação. Em especial aos Bolsistas Jorge Ondere, pelo empenho nas transcrições das

entrevistas, Rafael Santos, pelo auxílio minucioso de revisão na etapa final desse trabalho e Jaqueline Conz, pela qualidade do trabalho de tradução.

À Carolina Dockhorn, Paula Kegler, Roberta Monteiro e Lizana Dallazen, e aos demais colegas no Grupo de Pesquisa, pela disponibilidade e fundamental auxílio, servindo de modelo nessa trajetória.

À Iara Saccomori, pelo saber transmitido e pelo acolhimento em nossos encontros de supervisão.

À Juliana Amaral, Rafaela Degani e Roberta Traverso, minhas queridas amigas de longa data, pela relação fraternal valiosa que construímos.

Às minhas colegas de trabalho e amigas, Clarissa Medeiros, Elisa Andrade, Juliana Silva e Patrícia Matos, por tornarem meus dias de trabalho preenchidos de afeto e diversão.

À Martha Ludwig, colega de consultório, pelo carinho e disponibilidade de sempre.

À Blanca Werlang, pesquisadora que eu tenho profunda admiração e carinho, com quem tive a oportunidade de iniciar meus caminhos pelo campo científico.

À equipe do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS, pela estrutura e acolhimento a mim oferecidos.

À Márcia Steffen, pela disponibilidade e auxílio fundamental durante a pesquisa.

À Justiça Instantânea por possibilitar o acesso aos adolescentes participantes do estudo.

Ao Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia – SAPP, na pessoa de sua coordenadora Me. Profa. Nádia Marques, por abrir as suas portas e acolher esta pesquisa.

Aos adolescentes entrevistados, meu especial agradecimento por compartilharem comigo suas histórias.

À CAPES, pela bolsa de financiamento que viabilizou a realização desta pesquisa científica.

RESUMO

Nos mais diversos contextos atuais, a vida em sociedade enfrenta um período histórico marcado por uma intensa transformação de valores e costumes, sendo possível verificar a ocorrência de diversas situações de violência. Nesse contexto, é alarmante constatar a presença de jovens envolvidos em atos infracionais, denunciando aspectos preocupantes no cenário da adolescência na atualidade. O tema da adolescência em conflito com a lei foi a temática central desenvolvida neste estudo, que teve por objetivo investigar as relações entre a história de vida desses adolescentes e os atos infracionais por eles cometidos. Foram elaboradas duas seções sobre a temática: uma teórica e uma empírica. O objetivo da seção teórica foi, a partir de uma revisão da literatura, apresentar uma reflexão acerca da complexa dinâmica psíquica presente no ato infracional na adolescência. Aportes teóricos da Psicanálise foram utilizados na tentativa de obter uma compreensão aprofundada sobre esta problemática, destacando-se a situação de desamparo vivenciada por esses jovens e os efeitos de vivências traumáticas decorrentes dessa condição. Entendeu-se que o ato transgressivo denuncia uma face do intenso desamparo experimentado por eles em suas histórias de vida. Essa condição traumática do desamparo é decorrente da precariedade que marcou o encontro com os cuidadores desde momentos precoces e fundamentais, acarretando um processo de estruturação psíquica fragilizado. A seção empírica, mediante a utilização de uma metodologia qualitativa, investigou a condição da adolescência em conflito com a lei, buscando uma compreensão do ato infracional sob a perspectiva da história de vida dos jovens e a partir dos significados atribuídos por eles aos atos cometidos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro adolescentes, entre 12 e 18 anos incompletos, que se encontravam em julgamento na justiça responsável por jovens envolvidos em atos transgressivos. O material obtido nas entrevistas foi analisado e discutido por meio da Análise de Conteúdo. Para a interpretação dos dados, optou-se pelo referencial psicanalítico. Identificaram-se quatro categorias finais assim nomeadas: Efeitos da violência e do desamparo: a fragilidade do si mesmo; O ato infracional e os riscos ao dever; Desconfiança no encontro com a justiça e o limite; e, por último, Dor e esperança no campo intersubjetivo. Constataram-se, na história de vida dos jovens, vivências recorrentes de extremo descuido e violência no encontro com as figuras parentais, gerando intensa fragilidade no estabelecimento de laços de afeto com os mesmos, tendo como consequência comprometimentos significativos na estruturação de recursos psíquicos fundamentais, bem como consideráveis prejuízos no campo intersubjetivo. Evidenciou-se que a violência e o desamparo vivenciados resultaram para esses jovens na precariedade da condição de atribuir sentido à experiência de ser confrontado com limites e na impossibilidade de reconhecê-los como uma condição de proteção. A teoria psicanalítica apresentou-se como importante recurso de problematização e intervenção frente a um tema que têm inegáveis repercussões individuais e sociais, abarcando aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos implicados nesta problemática.

Palavras-Chave: adolescência, lei, ato infracional, desamparo, psicanálise.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 (Psicologia)

Subárea conforme classificação do CNPq: 7.07.10.00-7 (Tratamento e Prevenção Psicológica)

ABSTRACT

On several existing contexts, life in society has faced a historical period spotted by a massive transformation of values and traditions, being possible to verify a range of violent situations. In this context, it is alarming to observe the presence of youngsters involved in infraction acts, informing against disturbing aspects on the adolescent panorama of these days. The adolescence subject in conflict with the law was the central theme developed in this study, which had by its objective to investigate the relations between these teenagers' histories of life and the violation acts perpetrated by them. Two sections were detailed on this theme: one theoretical and one empirical. The aim of the theoretical section was, from a literature review, to present a reflection on the complex psychic dynamics present on infraction acts in the adolescence. Theoretical contributions from Psychoanalysis were used on the trial to obtain a deep comprehension of this matter, highlighting the situation of abandonment lived by these youths and the effects of traumatic experiences from this condition. It has been understood that the transgression act tells one facade of the intense abandonment experimented by them in their life history. This traumatic circumstance is due to the precariousness which marked the encounter with their caregivers since premature and fundamental moments, resulting in a frail psychic organization. The empirical section, by the use of a qualitative methodology, investigated the condition of the adolescence in conflict with the law, reaching for a comprehension of the infraction act from the perspective of the teenagers' life history, and from the meanings assigned by them to the perpetrated acts. Semi-structured interviews were performed with four teenagers, ranging from 12 to 18 years old, who were on trial by the justice responsible for youngsters involved in infraction acts. The material obtained from the interviews were analyzed and discussed through the Content Analysis. For the data interpretation, a psychoanalytical reference was adopted. Four final categories were identified and named as it follows: Effects of violence and abandonment: the frailty of oneself; The infraction act and the becoming risks; Mistrust on the encounter with justice and limit; and, the last, Pain and hope in the intersubjective field. In the adolescents' histories of life were found recurring experiences of extreme neglect and violence on the encounter with the parental figures, building an intense fragility on the foundation of affective ties with those ones, having as a consequence significant injuries on the fundamental psychic resources organization, as well as considerable damage in the intersubjective field. It was verified that the violence and the abandonment experienced resulted, to these teenagers, on the precariousness state to attribute meaning to the experience of being confronted with limits and in the impossibility to recognize them as a protection condition. The psychoanalytical theory has presented itself as an important resource of problematization and intervention facing a theme which has, undeniably, individual and social repercussions, covering intrapsychic and intersubjective aspects implied in this problematic.

Key words: adolescence, law, infraction act, abandonment, psychoanalysis.

Field as classified by CNPq: 7.07.00.00-1 (Psychology)

Subfield as classified by CNPq: 7.07.10.00-7 (Treatment and Psychological Prevention)

SUMÁRIO

LISTA GERAL DE TABELAS.....	12
LISTA GERAL DE QUADROS.....	13
INTRODUÇÃO GERAL.....	14
Referências.....	19
SEÇÃO TEÓRICA.....	20
O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA FACE DA CONDIÇÃO DE DESAMPARO.....	20
Introdução.....	21
Adolescência e o ato infracional no cenário psicanalítico.....	23
O ato infracional e os enlaces com a noção de trauma.....	29
A vivência de satisfação e experiência de dor: o papel do outro na constituição do eu.....	32
Considerações Finais.....	37
Referências.....	38
SEÇÃO EMPÍRICA.....	43
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: A INTENSIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA EM ATO.....	43
Introdução.....	44
Método.....	49
Resultado e Discussão.....	51
Considerações Finais.....	88
Referências.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	97

ANEXOS.....	100
ANEXO A.....	101
Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.....	101
ANEXO B.....	102
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes.....	102
ANEXO C.....	103
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Responsáveis.....	103
ANEXO D.....	104
Ficha de Dados Sociodemográficos.....	104

LISTA GERAL DE TABELAS

Tabela 1. Sumarização dos dados dos participantes obtidos na Ficha Sociodemográfica e na entrevista.....	52
---	----

LISTA GERAL DE QUADROS

Quadro 1. Categorização Inicial, Intermediária e Final dos dados obtidos nas entrevistas com os participantes do estudo.....	54
Quadro 2. Dados referentes à Categoria Final 1.....	55
Quadro 3. Dados referentes à Categoria Final 2.....	67
Quadro 4. Dados referentes à Categoria Final 3.....	76
Quadro 5. Dados referentes à Categoria Final 4.....	83

INTRODUÇÃO GERAL

Esta Dissertação de Mestrado, intitulada **A singularidade da história de vida de adolescentes em conflito com a lei: a denúncia do desamparo**, foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa “Fundamentos e Intervenção em Psicanálise”, coordenado pela professora Doutora Mônica Medeiros Kother Macedo. O Grupo de Pesquisa insere-se na Área de Concentração designada “Constructos Teóricos, Modalidades de Avaliação e Intervenção na Construção do Conhecimento em Psicologia Clínica”, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O presente estudo é uma produção vinculada ao projeto guarda-chuva “Psicopatologia Psicanalítica na Contemporaneidade” e tem como objetivo investigar as relações entre a história de vida de adolescentes em conflito com a lei e os atos infracionais por eles cometidos.

O interesse em pesquisar o tema da adolescência envolvida em ato infracional surgiu a partir de um estudo anterior realizado no referido Grupo de Pesquisa, que explorou a configuração psíquica da adolescência no contexto atual, na qual se sobressaem as expressões em ato. A partir desse estudo, salientou-se o fato de que, dentre as manifestações em ato presentes na adolescência contemporânea, encontra-se a ocorrência de atos transgressivos. Assim, as inquietações acerca do tema surgiram, originando-se a ideia de investigar os enlaces entre a história de vida desses adolescentes e a produção de atos transgressivos, delineando-se a modalidade do estudo em questão.

Dentre os diversos questionamentos a respeito desse fenômeno, problematizava-se o uso do termo vigente conforme a legislação atual (Brasil, 1990), *adolescente em conflito com a lei*, no sentido de refletir a respeito do fato de essa denominação contemplar ou não a complexidade do fenômeno. Será que o jovem está efetivamente em *conflito* com a lei? De

que *lei* se fala no ato infracional? O que se “atua” no conflito com a lei? A qual modalidade de conflito o ato transgressivo alude?

Torna-se relevante uma explanação acerca das terminologias utilizadas para referir a temática da adolescência em conflito com a lei, com o objetivo de contextualizar o porquê do uso da forma de nomeação atual. Anteriormente utilizava-se o termo *menor infrator*, terminologia que, segundo a perspectiva de Volpi (1997), apresenta forte conotação ideológica. Por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a criança e o adolescente passaram a ter seus direitos regulamentados por uma legislação própria que atribuía maior valor a esse tempo de vida e destacava suas especificidades. Foi a partir dessas modificações que ocorreram importantes alterações a respeito da terminologia empregada para designar casos de jovens envolvidos em atos infracionais, substituindo-se o termo *menor infrator* pela denominação de *jovem em conflito com a lei* ou *adolescente em conflito com a lei* (Volpi, 2008). Outra forma frequentemente utilizada para referir esta situação é *delinquência juvenil*. Esse termo, no entanto, remete a uma síndrome, o que contraria o caráter de provisoriedade da adolescência como um momento peculiar da vida (Zappe & Dias, 2010).

A partir do exposto, no presente estudo irão utilizar-se os termos *adolescência* ou *juventude em conflito com a lei*, *adolescente* ou *jovem envolvido em atos infracionais* ou *transgressivos*, em detrimento dos termos *menor infrator* e *delinquência juvenil*, por se compreender que os primeiros contemplam uma visão menos determinista, atendendo à perspectiva de um olhar menos preconceituoso acerca da temática. Cabe ressaltar que, caso estes últimos termos estejam presentes ao longo da dissertação, será com o intuito de manter a correspondência de terminologia presente na citação de algum autor que os utilize.

O aumento na quantidade de adolescentes em situação de conflito com a lei se presentifica em dados alarmantes. A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da

Criança e do Adolescente (2009) aponta que, no ano de 1996, havia 4.245 jovens de 12 a 18 anos incompletos cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade no Brasil. Em 2006, esse número aumentou para 15.425. Dessa forma, no período de 10 anos, houve um acréscimo de 263% no percentual de adolescentes em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo no país. Esses dados revelam não só um aumento em termos da quantidade de jovens em conflito com a lei, mas também mostram uma gravidade maior da ação cometida por eles, já que medidas de privação de liberdade são aquelas aplicadas aos casos mais graves. Essas taxas seguem em elevação, pois, como evidencia o levantamento de 2009 (SNPDCA, 2009), o número de jovens nessa condição ascendeu para 16.940. É evidente a magnitude do problema, mediante a constatação da crescente quantidade de adolescentes com comportamento desviante, constituindo, dessa forma, um fenômeno que atinge os jovens e que denuncia a precariedade de recursos emocionais frente ao incremento pulsional, que se soma aos desafios próprios a esta etapa fundamental da vida humana. Nesse contexto, justifica-se a importância de investigações que busquem um aprofundamento em relação a essa temática, possibilitando um entendimento sobre os aspectos que a fomentam.

A adolescência envolvida em ato infracional é um fenômeno complexo que tem suas raízes em aspectos históricos, sociais e subjetivos (Moreira, Rosário & Costa, 2008). Assim, considera-se relevante a contribuição advinda de diversas áreas do conhecimento, no intuito de buscar subsídios para a promoção de amplas e variadas formas de abordar e lidar com esta problemática. Conforme Tejedas (2007), o fenômeno da reincidência do comportamento transgressivo indica lacunas no sistema proposto pela legislação atual para dar conta da situação desses jovens. Os limites em termos de políticas públicas que visem à prevenção do comportamento infracional, assim como à intervenção frente à sua ocorrência, mostram o quanto é imprescindível um entendimento que contemple uma amplitude de saberes sobre as

múltiplas faces relacionadas à situação de jovens em conflito com a lei, a fim de que se encontrem maneiras mais pertinentes na sua condução.

A Psicanálise oferece uma perspectiva interrogativa diante de fenômenos humanos, dentre eles as formas de manifestação dos padecimentos psíquicos. A modalidade de aproximação freudiana a respeito da histeria inaugurou um caminho para a reflexão a respeito das diversas modalidades de sofrimento das quais o sujeito pode padecer. Apesar de os temas da adolescência e da criminalidade não terem sido foco principal de estudo na teoria psicanalítica de Freud, crê-se que os aportes dessa disciplina dão sustentação na exploração de terras ainda não desbravadas. De acordo com Hornstein (2008), o progresso da teoria psicanalítica acontece partindo-se do conhecimento teórico de caminhos já percorridos aliado a uma escuta do imprevisível. O saber psicanalítico pode contribuir, sobremaneira, para uma compreensão acerca da adolescência em conflito com a lei, enfatizando o sujeito e a singularidade de sua condição na produção do ato.

Essa Dissertação de Mestrado foi desenvolvida a partir do projeto “Transgressão em Ato: uma reflexão psicanalítica sobre a delinquência na adolescência”, remetido à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia da PUCRS e ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS para apreciação, e tendo obtido aprovação em 8 de fevereiro de 2011 (Anexo A). Baseando-se no referido projeto, foram elaboradas duas seções de estudo sobre o tema, segundo a Resolução nº 002/2007, de 06/11/2007, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. A primeira seção é de cunho teórico e intitulou-se *O ato infracional na adolescência: uma face da condição de desamparo*; já a segunda seção é de caráter empírico e denominou-se *Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato*.

O objetivo da seção teórica envolveu uma reflexão teórica acerca do ato infracional na adolescência. Aportes teóricos da Psicanálise são utilizados na tentativa de obtenção de

um aprofundamento na temática, dando destaque à situação de desamparo vivenciada por esses jovens e aos efeitos de vivências traumáticas decorrentes dessa condição. A seção empírica, por sua vez, responde ao Projeto por meio da realização de um estudo que investigou as condições presentes na vivência da adolescência em conflito com a lei, buscando uma compreensão do ato infracional sob a perspectiva da história de vida dos jovens e sob os significados atribuídos por eles aos atos cometidos. Para tanto, elegeu-se como metodologia a realização de um estudo qualitativo. Foram entrevistados quatro adolescentes que se encontravam em julgamento na justiça responsável por jovens envolvidos em atos transgressivos. O material obtido nas entrevistas foi analisado e discutido por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1991), na proposta de Moraes (1997). Para a interpretação dos dados, optou-se pelo referencial psicanalítico.

As seções, teórica e empírica que compõem esta Dissertação de Mestrado permitiram abordar as importantes contribuições que a Psicanálise oferece sobre o complexo processo de estruturação psíquica, assim como constatar e problematizar as influências das relações intersubjetivas no cenário do adolescente em conflito com a lei. Os aportes psicanalíticos explorados neste estudo, na busca de compreensão do fenômeno da juventude envolvida em atos infracionais, apontam para aspectos subjetivos da vida desses jovens, contribuindo para um olhar que prioriza a condição de sujeito que produz um ato como denúncia da dor psíquica que o acomete e que marca sua trajetória de vida. Desvela-se, assim, nesta dissertação, o inegável enlace entre uma dramática situação de desamparo e descuido, ao longo da vida, e a ocorrência de atos transgressivos por parte dos jovens. Buscou-se um aprofundamento sobre o tema que não remeta à perspectiva de julgamento moral, mas que permita a abertura de vias de acesso a um raciocínio que possa considerar a influência da história de vida e a dinâmica psíquica da produção do ato transgressivo do adolescente em conflito com a lei, bem como pensá-lo desde uma perspectiva que aborda sua singularidade.

Referências

- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (1990). *Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*.
Porto Alegre: CEDICA, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Hornstein, L. (2008). *As depressões: afetos e humores do viver*. São Paulo: Via Lettera:
Centro de Estudos Psicanalíticos.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 37(22), 7-32. Porto Alegre:
PUCRS.
- Moreira, J.O., Rosário, A.B., & Costa, D.B. (2008). Criminalidade juvenil no Brasil pós-moderno: algumas reflexões psicossociológicas sobre o fenômeno da violência. *Mal-estar e Subjetividade*, 8(4), 1021-1046.
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009).
Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Acesso em 18 de novembro de 2011, disponível em
<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id1792.htm>.
- Tejadas, S. (2007). *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*.
Porto Alegre: Edipucrs.
- Volpi, M. (1997). *Adolescente e ato infracional*. São Paulo: Cortez.
- Volpi, M. (2008). *Adolescentes privados de liberdade. A normativa internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Zappe, J.G., & Dias, A.C.G. (2010). Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas. *Barbarói*, 33, 82-103.

SEÇÃO TEÓRICA

**O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA:
UMA FACE DA CONDIÇÃO DE DESAMPARO**

Introdução

Vive-se hoje tempos marcados por violência. Nos mais diversos contextos sociais, em todos os continentes, países e comunidades, a vida em sociedade enfrenta um período histórico marcado por uma intensa transformação de valores e costumes, estando sob a influência de atos de injustiça, invasões e violações. Werlang (2006) refere que esse fenômeno não é recente, mas certamente o que mais impacta nos tempos atuais é a manifestação quase fora do controle que ele vem assumindo. A autora ressalta ser preocupante considerar a agressividade como uma característica intrínseca ao homem, o que banaliza o seu envolvimento em atividades comportamentais violentas e em ações auto ou heterodestrutivas. Esse pensamento corrobora para o surgimento de uma visão simplista da temática, reduzindo as possibilidades de compreender e enfrentar as causas de sua expansão e intensificação na vida social.

Os trágicos impactos decorrentes da diária ocorrência de roubos, da guerra civil entre o tráfico (armas, drogas) e a polícia, de depredações ao patrimônio público, situações que muitas vezes resultam em homicídio, têm efeitos devastadores na construção da subjetividade nos tempos atuais. De acordo com Moreira, Rosário e Costa (2008), no Brasil, vem se constatando um crescimento contínuo nos índices de criminalidade. Os autores enfatizam que tal aumento produziu efeitos mais evidentes na virada da década de 80 para a década de 90, quando o país – principalmente nas grandes capitais – vivenciou um súbito aumento na prática de crimes ditos violentos, nos quais “a integridade física da vítima pouco representa se considerada como empecilho à efetivação do intento criminoso” (p. 1024). Para Minayo (2005), a violência transformou-se em um problema de saúde pública na realidade brasileira, por afetar a saúde individual e coletiva, exigindo políticas específicas para a sua prevenção e tratamento. Dessa forma, a presença de comportamentos violentos graves espalhou-se no tecido social, impregnando o campo das experiências pessoais, evidenciando

o poder da destrutividade humana, que pode conduzir a atitudes de intensa violência direcionadas para outra pessoa e para si mesmo.

Nesse contexto, é alarmante constatar a presença de jovens envolvidos em atos infracionais, colocando em risco as suas próprias vidas e a de outros, o que denota sérios impedimentos de acesso a uma condição psíquica de investir em um tempo futuro por meio de metas e projetos regidos por condições que promovam o bem-estar individual e coletivo. Torna-se indiscutível a necessidade de abordar o tema da adolescência em conflito com a lei, considerando a dimensão que esse sintoma social tem na atualidade (Refosco, Tomasi, Silva, Fin & Macedo, 2011). Por esse motivo, mais recentemente, essa temática tem se presentificado em estudos nas diversas áreas do saber, dentre elas a Medicina (Priuli & Moraes, 2007; Ferigolo, Barbosa, Arboa, Malysz, Stein & Barros, 2004), a Educação (Gallo & Williams, 2008) e o Serviço Social (Segalin & Trzcinski, 2006, Aginsky & Capitão 2008). A Psicologia também apresenta um significativo número de pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo destinadas à temática da adolescência envolvida em ato infracional (Kodato & Silva 2000; Feijó & Assis, 2004; Francischini & Campos 2005; Costa & Assis, 2006; Pacheco & Hutz 2009). Destaca-se, assim, uma diversidade de estudos no campo científico sob o enfoque de diferentes abordagens acerca da juventude em conflito com a lei, o que denota a importância de uma atitude reflexiva a respeito da complexidade de fatores envolvidos nessa situação.

No campo da Psicologia, enfatizam-se estudos baseados na teoria da Psicanálise, os quais trazem fecundas contribuições sobre os aspectos subjetivos dos adolescentes que cometem atos infracionais (Ceccarelli, 2001; Viñar, 2004; Steffen, 2006; Benhaim, 2008; Bertol & Souza, 2008; Moreira, Vilhena, Cruz & Novaes, 2009; Carneiro, 2010). Os aportes psicanalíticos, além de fornecerem subsídios para uma visão que considera o sujeito em sua singularidade, destacam o valor das vivências intersubjetivas que acontecem no encontro

com o outro. A Psicanálise, dessa forma, possibilita uma leitura sobre as condições de subjetivação e de padecimento humano que contempla o homem em interação com o meio. Como referem Dockhorn e Macedo (2008), a gama teórica oferecida pela Psicanálise segue vigente como ferramenta de compreensão dos fenômenos humanos, por si só complexos, apresentando-se, neste estudo, como um recurso que viabiliza um aprofundamento sobre a questão dos atos infracionais na adolescência, acrescentando um ponto de vista diferenciado acerca do assunto.

Nessa direção, é possível delinear a proposta deste artigo que visa uma reflexão a respeito do ato infracional na adolescência, por meio de conceitos da metapsicologia que deem conta de situar o ato como decorrente de vivências de intensa dor psíquica. Busca-se um raciocínio que contemple a situação de desamparo vivida por adolescentes que cometem atos infracionais e os efeitos psíquicos que dela resultam.

Adolescência e ato infracional no cenário psicanalítico

O “atuar” na adolescência é considerado como algo inerente a esta fase da vida, podendo ser comparado ao brincar durante a infância, sendo uma via de comunicação e uma possível forma de expressão. A adolescência é uma experiência na história de vida do sujeito, que traz consigo inúmeras mudanças e rupturas. Rumo ao processo identitário, o adolescente necessita realizar um trabalho psíquico de desinvestimento das figuras parentais, sendo uma difícil tarefa a ser realizada nessa etapa. Segundo Viñar (2010), o adolescente deve desprender-se das lógicas parentais e, para tanto, necessita reinventar uma lógica própria. Dessa maneira, Herzog e Salztrager (2006) sugerem que se pode compreender o sentido da revolta adolescente como uma tentativa de rompimento do laço de afeto com os pais e/ou seus representantes, manifestando-se como algo fundamental na busca de alternativas criativas para experienciar limites e potenciais. Sendo assim, considera-se a ação

transgressora estando ligada à construção da subjetividade do adolescente, sendo um meio saudável de manifestar o rompimento com as formas de identificação presentes na busca de construção de sua identidade.

Macedo, Fin, Tomasi, Refosco e Iensen (2010) salientam que, nas modalidades de transgressão típicas da adolescência, os atos devem ocorrer dentro de um limite que não comprometa, via excesso de destrutividade, nem ao outro, nem a si mesmo. Constata-se que, no caso de adolescentes envolvidos em atos infracionais, a gravidade dos efeitos de suas ações ultrapassa e excede as contravenções esperadas neste período da vida. Assim, diferenciam-se as modalidades de ato típicas da etapa da adolescência das formas de atuação presentes nos atos infracionais, as quais adentram o terreno do padecimento resultante da frágil constituição de recursos psíquicos para o enfrentamento de adversidades. Para Flechner (2003), nessa modalidade de ato, a busca de satisfação imediata suspende os parâmetros espaço-temporais no que diz respeito à representação, havendo uma incontrolável necessidade de descarga motriz. Diferentemente da atuação considerada como uma maneira inventiva e criativa de expressão, as características do ato infracional cometido por um adolescente denunciam um perigo frente à gravidade do seu agir.

O tema da adolescência que se encontra envolvida em atos infracionais aponta para as articulações entre o que se estabelece na história individual e as experiências vividas no campo intersubjetivo. Viñar (2004) assinala não ser possível compreender o adolescente como um sujeito singular sem levar em conta que é um ser em relação, vivendo com outros, pelos outros e para os outros, os quais estão imersos em uma determinada cultura. Dessa forma, as fronteiras entre o intrapsíquico e a vivência intersubjetiva não podem ser compreendidas como muros intransponíveis, uma vez que esta influencia, sobremaneira, na construção da subjetividade (Viñar, 2004). A partir das proposições de Viñar, ressalta-se que os adolescentes em conflito com a lei apresentam prejuízos não só em relação à imagem do si

mesmo, mas, também, indicam comprometimentos em relação ao encontro com o outro. Torna-se relevante, portanto, pensar a trajetória adolescente e a singular vivência dessa etapa a partir da qualidade das experiências primeiras com o semelhante, na tentativa de compreender a dinâmica psíquica presente na situação de ocorrência de atos transgressivos protagonizados por jovens.

Sem deixar de levar em conta aspectos singulares da história de adolescentes em conflito com a lei, de uma maneira geral sabe-se que contexto familiar onde estão inseridos é marcado por extrema desordem. Steffen (2006) constata que a vivência desses jovens desde a infância junto à família se passa em um dramático cenário de violência e de desamparo, sendo frequente a negligência por parte de ambos os pais que, na maioria dos casos, são usuários de álcool e drogas, condição que acarreta em situações de maus-tratos e de agressão física entre os próprios cuidadores e destes para com os filhos. De acordo com a autora, como resultado dessa situação, há importantes falhas no exercício das funções parentais que não possibilitam a conquista de condições de acesso ao simbólico. Um ambiente familiar com o predomínio de ausências e excessos acarreta na precariedade da oferta de recursos a partir de traumáticas vivências do adolescente no encontro com os cuidadores. Tais condições causam sérios prejuízos em termos não só do processo de estruturação do psiquismo, como também nas modalidades de investimentos psíquicos, havendo escassas possibilidades de tomar como modelos de identificação objetos fora do registro da violência e do descuido.

Diante disso, é fundamental refletir acerca das fragilidades no que tange à especificidade do exercício da função materna em relação ao jovem envolvido em situações de conflito com a lei. O ato infracional na adolescência denuncia uma modalidade de expressão em que não há mediação do pensamento. A mãe, segundo Benhaim (2008), é responsável por realizar uma função estrutural e vital que inaugura a vida psíquica do bebê,

estando associada a uma ação de ligação e de atribuição de sentidos via dimensão simbólica. A delinquência juvenil, para a autora, estaria relacionada à ocorrência de falhas vinculadas ao exercício do acolhimento materno frente à condição de desamparo do recém-nascido nos primeiros tempos, não se estruturando, assim, um encontro de qualidade entre mãe e bebê. Estabelecendo relações com o que Steffen (2006) refere sobre o contexto familiar caótico do adolescente envolvido em ato infracional, pode-se considerar a possibilidade da presença de dificuldades e fragilidades psíquicas da própria mãe, o que compromete a execução dos cuidados frente ao que é demandado pela criança, bem como às condições de investimento afetivo a ela direcionado. Essa ausência materna, de acordo com Benhaim (2008), se dá muito precocemente, a ponto de não se instalar a ilusão necessária de completude na díade, vivência esta que é a base de sustentação para o desenvolvimento posterior na criança da capacidade de criar e pensar – e fica o *vazio*. O não estabelecimento da ilusão condiciona, conseqüentemente, a ausência de base para o processo de desilusão, frustração necessária para um rompimento da relação mãe-bebê. Nesse sentido, segundo a autora, na delinquência haveria uma frágil experiência primordial com o objeto na díade, gerando comprometimentos em outras etapas fundamentais de estruturação do psiquismo.

Entretanto, não se trata somente de falhas da função materna, quando se aborda a complexidade do envolvimento de jovens com o ato infracional. Para Carneiro (2010), essa situação também estaria relacionada à ausência da função paterna – como representante de limites – o que permite a inserção dos sujeitos na cultura. O autor enfatiza ser através da imposição da lei paterna sobre a díade mãe e filho, na conflitiva edípica, que a criança internaliza regras e normas, as quais possibilitam o reconhecimento das diferenças e a inauguração das noções de certo e errado. Em contrapartida, caso o terceiro não se presentifique e a função paterna não se efetue, o laço entre a mãe e o bebê não será desfeito. Não havendo proibição à sexualidade, a norma que se instaura é a da falta de proibição, já

que se desconhece o não do interdito (Conte & Hausen, 2009). Existe a possibilidade de livre expressão dos instintos, sem mediação da palavra, fazendo com que a tensão seja descarregada a partir da violência da ação. A postura que a criança irá assumir frente ao ambiente social, então, recebe influência direta do contexto familiar em que está inserida, podendo ser considerada a violação das leis sociais uma extensão de uma falta da lei simbólica nos membros da família junto à criança (Carneiro, 2010). A precariedade de registros de lei dos adolescentes envolvidos em atos infracionais tem relação direta com a escassa consciência moral de seus cuidadores. O desamparo aqui alude ao descuido da lei para com os jovens, ou seja, as figuras representativas da lei também não exerceram junto a eles suas funções de cuidado e proteção. Como consequência deste precário encontro com o representante da lei, resulta a fragilidade de internalização de limites e regras em seus psiquismos.

A desvalorização da autoridade paterna pelos sujeitos tem relação com o declínio das figuras representativas da lei na própria sociedade brasileira. Para Carneiro (2010), essas instituições sofreram uma severa desvalorização com a decadência do nacionalismo e o advento do neoliberalismo, fazendo com que elas percam a credibilidade junto aos sujeitos. O autor refere que não se encontram substitutos, na sociedade atual, do pai simbolicamente forte representado pelo Estado; ao contrário, o que se evidencia é um aparelho estatal em declínio, marcado pela corrupção e descrédito. O Estado é meramente um espelho do pai ausente e fraco que o adolescente em conflito com a lei teve na própria infância (Carneiro, 2010). Dessa maneira, na própria sociedade há pouco espaço para registros e atribuição de valor à proibição e ao limite.

Quando os pais não se apresentam como suporte para os investimentos libidinais da criança, Ceccarelli (2001) afirma que ela irá buscar modelos fora do âmbito familiar. É preciso, assim, uma reflexão sobre os modelos identificatórios oferecidos na atualidade que,

muitas vezes, incentivam comportamentos e propõem valores éticos que divergem dos necessários para que se construa uma estrutura social alicerçada no respeito, solidariedade e no direito do cidadão. A liberdade que o sujeito tem para vivenciar prazeres desmedidos repercute diretamente nas relações interpessoais, nas quais o encontro com o outro ocorre enquanto gera prazer, caso contrário, o laço é rapidamente desfeito (Kehl, 2009). O predomínio do bem-estar individual resulta em laços de afeto frágeis e transitórios, e na dificuldade de reconhecer o valor da diferença do outro. Nesse sentido, corroborando com as ideias da autora, Ceccarelli (2001) afirma que a intensa busca do prazer individual, em detrimento de ideais coletivos, levou a uma descrença generalizada nos valores tradicionais. Os tópicos abordados pelos autores acerca da sociedade atual permitem constatar que, para compreender os tempos atuais, não se pode fazer apenas uma leitura do contexto sociocultural, mas, mais que isso é necessário buscar um entendimento sobre a relação do homem com o prazer, o limite e a noção de alteridade. Pode-se pensar, então, que a própria sociedade contribui para o descuido dos jovens, oferecendo modelos identificatórios calcados na busca de prazer pleno e na falta de limites, nos quais, de certa forma, estão incluídos e autorizados a prática da violência e o exercício da destrutividade.

Fica evidente, assim, a dramática situação de desamparo dos adolescentes envolvidos em atos infracionais desde o cenário familiar, até o contexto social atual no qual estão inseridos, atingindo nefastas proporções em seus psiquismos. Conforme Flechner (2003), a violência traumática presente na história infantil é um pré-requisito para o atuar violento na adolescência, isto é, as ausências (de cuidados e de limites) resultarão em um significativo sofrimento que, pela intensidade, levará ao rechaço do trabalho psíquico e da elaboração mental, trazendo danos permanentes na edificação de importantes estruturas emocionais na criança. Frente ao processo do adolescer, que, por si só, possui um caráter traumático pelas transformações nos investimentos pulsionais, o adolescente terá poucas condições internas

para lidar com a turbulência emocional desse período, sendo vivenciado com o incremento de intensidades.

A partir das proposições que relacionam o cenário caótico familiar e social à condição da adolescência em conflito com a lei, é possível estabelecer ligações entre o ato infracional e vivências traumáticas ao longo das trajetórias desses jovens. Dessa forma, recorre-se à noção freudiana de trauma presente no texto de 1920, “Além do Princípio do Prazer”, buscando-se, assim, uma reflexão sobre a ação do traumático no psiquismo, a qual, frente à ausência de recursos para dar conta dos excessos da dor, leva o jovem a buscar formas de descarga da tensão via ato, como ocorre na situação de envolvimento em atos infracionais.

O ato infracional e os enlaces com a noção de trauma

O conceito de trauma encontra-se presente na teoria da Psicanálise, desde a sua criação. Maia (2005) esquematiza a concepção freudiana de trauma em dois momentos de elaboração. As primeiras formulações de Freud sobre o traumático, de acordo com autora, dizem respeito à suposição da existência de um evento real, geralmente de cunho sexual, na base etiológica de qualquer psicose. Ao tomar contato com aspectos fantasísticos nas cenas relatadas por suas pacientes histéricas, Freud descarta a ideia de que o trauma real seria o fator etiológico determinante nas neuroses, ou seja, o padecimento neurótico não mais teria relação com o ocorrido na realidade externa, mas, sim, o que estaria sendo experienciado pela realidade psíquica constituída pelos desejos inconscientes (Maia, 2005). Porém, apesar da reformulação teórica a respeito do caráter de realidade na cena de sedução, o importante impacto psíquico negativo decorrente de vivências traumáticas (reais ou não) nunca foi abandonado por Freud.

O segundo momento de teorização sobre o trauma, segundo Maia (2005), começa a se delinear quando Freud se confronta com o quadro clínico sintomatológico de sobreviventes

no decorrer da Primeira Grande Guerra. É em 1920 que acontece a virada teórica freudiana, na qual o sexual deixará de se configurar como fundamento do evento traumático, não obedecendo a uma relação de causa e efeito com a realidade, podendo acontecer através de fontes pulsionais (Maia, 2005). É a partir da investigação das neuroses de guerra que Freud amplia sua teoria, considerando que o psiquismo não mais seria regido pelo princípio do prazer, e constatando a incapacidade do sujeito de metabolizar um excesso que ingressa no psiquismo.

É nesse contexto que Freud (1920/1996) conceitua o trauma como excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar as barreiras protetoras do psiquismo. Ele refere que, como consequência do traumático, há um distúrbio no funcionamento da energia do organismo e uma movimentação de todas as medidas defensivas possíveis para dar conta dos excessos. Acrescenta, ainda, que o princípio do prazer é momentaneamente posto fora de ação, não havendo “possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado de grandes quantidades de estímulos” (Freud, 1920/1996, p. 40). Sendo assim, a vivência traumática promove uma invasão ao psiquismo, provocando um colapso econômico que ocasiona o desarranjo das barreiras de proteção.

Frente ao ingresso de quantidades no psiquismo devido a uma situação traumática, Freud (1920/1996) descreve que “outro problema surge, o de dominar as quantidades de estímulos que irromperam e de vinculá-las, no sentido psíquico, a fim de que delas possa, então, se desvencilhar” (p. 40). O autor apresenta, então, o conceito de compulsão à repetição, que diz respeito a repetições que acontecem além do princípio do prazer, demonstrando o caráter destrutivo da pulsão de morte. Quando ocorrem traumatismos, o aparelho psíquico não consegue mobilizar energia que dê conta do excesso, o que, segundo Macedo e Werlang (2007), torna inoperante a capacidade de ligação das quantidades que nele ingressam. Dessa maneira, passa a ser realizado um trabalho de repetição, com a

finalidade de dar um destino ao excesso de excitação, buscando, incessantemente, uma representação psíquica das vivências traumáticas.

É interessante citar o que ressalta Maia (2005) sobre aquilo que será determinante para que um acontecimento se constitua como traumático ou não. Conforme a autora, a condição para o trauma se dá na “relação de forças que se estabelecerá entre aquilo que invade o psiquismo de forma abrupta e o *quantum* de reserva de energia com que este poderá contar para lidar com o fator desestabilizante” (p. 101). Para que as intensidades não tomem a configuração de uma experiência traumática, será decisiva a presença de recursos psíquicos com os quais o sujeito possa contar no processamento dos excessos de quantidades, não ameaçando a integridade do ego. Como Macedo e Werlang (2010) referem, a ação do ego é a de facilitação do movimento energético a partir de um processo de ligação. Assim, a estruturação egoica ganha relevância em sua função de proteção frente ao intrusivo que gera uma demanda significativa de processamento psíquico. Considerando que os adolescentes demonstram suas fragilidades psíquicas através do recurso ao ato, pode-se pensar na precariedade de suas condições egoicas, estando, dessa forma, mais expostos ao efeito das situações traumáticas.

Quando há escassos recursos egoicos, as intensidades que predominam no psiquismo não encontram na simbolização uma maneira de expressão, fazendo com que a ação surja como meio de evacuação privilegiado. Como expressa Maia (2005), o sujeito que, por ter vivenciado aspectos traumáticos tem sua vida psíquica devastada, *age* a dor causada pelo excesso, sendo incapaz de atribuir sentido a ela. Pode-se associar às ideias da autora às proposições de Moraes e Macedo (2011) de que fica atualizada, via ato, “uma história de vivida no predomínio de um circuito pulsional da ordem do desligado e do mortífero” (p. 48). É por meio do ato infracional que fica denunciado o quanto o traumático tem poder de provocar padecimento, evidenciando a fragilidade que imperou no processo de construção do

si mesmo. É nesse contexto que se pode situar a expressão do ato infracional na adolescência como efeito de vivências de intensa dor psíquica. Trata-se de um ato que se encontra além do princípio do prazer e aquém do processo de representação, explicitando a falta de condições psíquicas como um dos efeitos do traumático encontro com o outro no campo intersubjetivo que marca o viver desses jovens. O surgimento de atos infracionais pode ser a expressão do fracasso no processo de enfrentamento com a dor, denunciando a falta de recursos do si mesmo. Faz-se necessária uma compreensão acerca de como acontece a construção da instância egoica no bebê a partir da experiência intersubjetiva, na tentativa de buscar um entendimento sobre como os sujeitos estruturam recursos para enfrentar a dor, evitando a irrupção da vivência traumática.

A vivência de satisfação e experiência de dor: o papel do outro na constituição do eu

Partindo do entendimento psicanalítico, concebe-se a construção do eu como estando atrelada à qualidade do encontro com o semelhante, sendo necessária uma reflexão a respeito do papel fundante do outro no surgimento do sujeito psíquico. Para embasar essa ideia, recorre-se à teoria freudiana sobre a situação de desamparo inerente à natureza humana nos primeiros tempos de vida, presente no fundamental texto “Projeto para uma Psicologia Científica” (Freud, 1895/1996). Cabe salientar que o legado da obra de Freud permite movimentos de idas e vindas, o que significa uma abertura de possibilidades na busca elementos teóricos que transitam por diferentes épocas da construção dos aportes da Psicanálise.

Ainda utilizando-se de uma linguagem com fortes conotações neurológicas, em 1895, Freud (1895/1996) postula o seu primeiro modelo de aparelho psíquico, denominado de nervoso ou neurônico. Apresenta como uma das proposições principais a chamada concepção quantitativa, apoiando-se na observação clínica de representações hiperintensas em sujeitos

neuróticos. A partir dessas observações, Freud (1895/1996) desenvolveu a ideia de que o corpo do *infans* é invadido, desde os primórdios, por um excesso de quantidades advindas de excitações exógenas e endógenas as quais buscam descarga. Segundo ele, o sistema neuronal teria como objetivo evitar a excessiva tensão, ou seja, esse sistema apresentaria uma tendência a descarregar a energia de modo a mantê-lo livre de estímulos. A descarga representa, assim, a função primordial do aparelho nervoso na tentativa de manter a sua energia no nível mais baixo possível.

Entretanto, no início da vida, o ser humano é incapaz de dar conta, por si mesmo, do incremento da tensão provocada por estímulos endógenos, o que evidencia a sua inerente condição de desamparo. Assim, o seu despreparo para com as demandas da vida faz com que o bebê seja incapaz de manter-se vivo sem a ajuda externa daquelas pessoas que são responsáveis pelos seus cuidados. De acordo com Freud (1895/1996), os excessos de estímulos no psiquismo do bebê só seriam passíveis de serem abolidos através de uma *ação específica* efetuada por uma *ajuda alheia*. Laplanche e Pontalis (1994) definem essa ação como uma intervenção adequada advinda de uma pessoa real do mundo externo que leva a resolução duradoura da tensão interna criada pela necessidade. Destaca-se, assim, a relevância do papel do cuidador que, no reconhecimento da condição de desamparo do recém-nascido, exerce fundamental função de acolhimento e contenção de suas demandas. Concomitante ao zelo pela sua sobrevivência física, o encontro com o semelhante é fundante do aparelho psíquico, inaugurando a atividade simbólica do bebê.

A ação efetuada pelo cuidador de facilitação da diminuição do movimento energético no aparelho neuronal da criança, ao promover a ligação da energia, inaugura, nela, o ingresso ao mundo representacional. O aumento da tensão no aparelho neuronal, segundo Freud (1895/1996), terá como resultado uma propensão à descarga, ou seja, uma urgência que é liberada através da via motora. Para o autor, frente ao estímulo externo ou interno, a primeira

via a ser seguida pelo bebê é a que conduz a *alteração interna*, a qual corresponde à expressão de emoções, como, por exemplo, o choro e os movimentos de braços e pernas. Entretanto, como essa reação não efetua o alívio da tensão e o estímulo endógeno continua a ser recebido, cabe a presença de uma pessoa experiente no mundo externo, a qual deve voltar-se para este estado infantil de descarga (Freud, 1895/1996). Assim, essa via adquire a fundamental função de comunicação. Embora o bebê seja incapaz de satisfazer-se em suas necessidades, ele se torna capaz de realizar um meio de se comunicar com o seu cuidador ao apresentar um comportamento o qual é escutado como uma demanda, propiciando a satisfação de sua necessidade. Na medida em que o choro é atendido como uma demanda, e que essa demanda é acolhida via ajuda alheia, essa dinâmica passa a fazer parte de uma troca simbólica e, conseqüentemente, há o progressivo registro desta em um campo representacional (Garcia-Roza, 2008).

A ação específica realizada por um objeto real leva ao registro de satisfação no bebê. A partir das proposições freudianas, Bleichmar (2009) entende que o indivíduo que executa a ajuda alheia, ao acolher o sujeito em situação de desamparo, opera a ação requerida para cancelar o estímulo endógeno com sexualidade, havendo uma troca de afetos. A autora salienta que toda essa experiência constitui aquilo que Freud chamou de *vivência de satisfação*, a qual tem as mais profundas conseqüências para o desenvolvimento das funções psíquicas da criança. A ação exercida pelo outro para com o bebê, ao satisfazer a necessidade e ao diminuir a tensão no aparelho neuronal, promove uma experiência na qual o objeto é inscrito na memória. A partir da vivência de satisfação surgem conexões entre imagens-recordações, que serão ativadas a partir do reaparecimento da tensão (Bleichmar, 2009). Sempre que ressurgir o estado de tensão, haverá a reativação da lembrança do objeto que satisfaz a necessidade. Constatase, a partir do exposto, que a ação do objeto real do mundo

exterior, ao promover vivências de satisfação, vai instaurando o desejo, implantando, assim, a atividade pulsional no recém-nascido.

Dessa forma, pode-se perceber que a condição de desamparo que marca os tempos iniciais do recém-nascido evidencia a fundamental necessidade da experiência de encontro primordial com o semelhante, vivência a partir da qual se origina e se complexiza a construção do aparelho psíquico. Para Macedo e Werlang (2010), a constituição do ego envolve um “processo de ligação”, impedindo a descarga massiva e imediata das excitações (processo primário), permitindo a capacidade de retardar e modificar a descarga através do surgimento de formas de investimento e de circulação de energia mais estáveis (processo secundário). O pensamento pode ser considerado o paradigma do funcionamento dessa energia ligada, sendo um facilitador ao acesso a formas de inibição à descarga por parte do ego, abrindo-se, assim, novas e mais complexas vias de deslocamento das cargas de energia. Nesse sentido, destaca-se a relevância do estabelecimento de uma vivência na qual a qualidade do cuidado experienciado reverta positivamente no processo de estruturação do psiquismo. A experiência de ser tomado amorosamente como objeto de investimento por parte do outro revela a importância que tem para a vida psíquica a qualidade daquilo que é ofertado ao bebê desde o início da vida psíquica. Serão estas vivências iniciais fundamentais para a estruturação de recursos básicos essenciais no enfrentamento de etapas posteriores da vida psíquica.

As proposições freudianas apresentam um raciocínio que revela a experiência de satisfação vivenciada pelo bebê através dos cuidados outorgados pelo outro significativo, e a sua relevância em termos da inauguração da atividade representacional e da vida pulsional na criança. Entretanto, ele percebeu que, além de experiências prazerosas, o bebê também apresentava vivências de dor decorrentes do não atendimento de suas necessidades psíquicas vitais, as quais, ao contrário daquelas, dizem respeito àquilo que, pela intensidade, não pode

ser processado pelo psiquismo, sendo irrepresentáveis. A dor, de acordo com Freud (1895/1996), consiste em grandes quantidades de energia que irrompem no aparelho neuronal, desafiando a capacidade de resistência das barreiras entre os neurônios. Assim, frente aos excessos da dor, há uma intensidade que não é processada pelo psiquismo, fazendo com que o sujeito não atribua sentido a tais vivências.

Considerando que a vivência de dor corresponde a quantidades não metabolizadas pelo psiquismo incipiente, torna-se fundamental situar que ela não deve ser percebida como um princípio estruturador do psiquismo. Assim como a vivência de satisfação proporciona o enlace com representações apaziguantes, Bleichmar (2009) refere que a vivência de dor favorece ao reinvestimento da imagem mnêmica hostil. Se por qualquer razão – por nova percepção, por exemplo – a imagem mnêmica do objeto hostil é renovadamente catexizada, “surge um estado que não é o da dor, mas que, apesar disso, tem certa semelhança com ela. Esse estado inclui o desprazer e a tendência a descarga que corresponde à experiência de dor” (Freud, 1895/1996, p. 372). Devido ao desaparecimento da possibilidade de investimento em um mundo representacional, frente à invasão de quantidades no aparelho psíquico o ato surge como alternativa possível de descarga da tensão.

Os conceitos de vivência de satisfação e experiência de dor revelam a importância do outro como aquele que dá condições adequadas ou não para o surgimento do eu e de seus recursos no enfrentamento de intensidades que ingressam no psiquismo. A qualidade do cuidado exercido junto à criança tem a função de facilitador na obtenção de recursos psíquicos fundamentais no decorrer de sua trajetória de vida. Por outro lado, a marca de precariedade do encontro primordial com o outro pode comprometer, sobremaneira, a estruturação do eu, originando excessos das intensidades da dor, em um momento em que o bebê não está apto a dar um destino para as quantidades que o invadem. A função do outro no campo das vivências de intensidades pode tanto acontecer no sentido de oferecer-se como

agente que consegue apaziguar a tensão através de sua presença, como também marcar experiências de falha ao deixar o psiquismo à mercê de um excesso.

Considerações Finais

A partir da revisão teórica realizada neste estudo, pode-se levantar a hipótese de que o ato infracional na adolescência denuncia uma face do desamparo, no sentido de falhas no exercício do cuidado por parte do outro significativo. Levando em consideração a leitura psicanalítica acerca do tema que revela um contexto familiar predominantemente marcado por extremo descuido e violência física e psíquica, é possível inferir que a precariedade no encontro com os cuidadores, desde momentos precoces e fundamentais na constituição psíquica desses jovens, foi marcada por excessos e por vivências traumáticas.

A base psíquica estabelecida sobre as experiências da primeira infância é fundamental para a passagem do processo primário para o processo secundário, capacitando o sujeito a mediar sua ação por meio de recursos como o pensamento e a linguagem. No processo de complexização do aparelho psíquico, conquista-se o acesso a atos que não sejam apenas evacuativos, denunciando, no caso de adolescentes que cometem atos infracionais, o fracasso de recursos no processamento das intensidades psíquicas. Pode-se, a partir disso, considerar que os comportamentos transgressores na adolescência estão relacionados com déficits na organização psíquica interna, ou seja, há um afluxo de energia livre e sem contenção, no qual o sujeito é incapaz de metabolizá-la, passando, por via de consequência, ao ato. Logo, frente ao ato delinquencial se faz presente um modelo de estruturação psíquica fragilizada que, por meio de sua precariedade, também denuncia os poucos investimentos psíquicos recebidos ao longo de sua história.

Ao compreender o ato infracional como a denúncia de uma face do desamparo experimentado por jovens que com ele denunciam a precariedade do recebido, constata-se a

fragilidade de recursos psíquicos do sujeito que transgride a lei. Quando o adolescente traz em sua bagagem psíquica marcas de uma história na qual a negligência e a violência – vivências traumáticas – se fazem presentes, as fragilidades de seus recursos de enfrentamento das adversidades da vida ficam evidentes. Como consequência, há a impossibilidade de encontrar alternativas que levem a destinos pulsionais regidos por Eros, predominando condições de aprisionamento do sujeito à repetição mortífera da dor por meio do ato transgressivo.

Por todos os aspectos trabalhados neste artigo, presume-se que, a partir do olhar que a Psicanálise oferece à temática da adolescência envolvida em ato infracional, possa-se ter outra perspectiva sobre sua complexidade, na direção de compreender o que esses atos querem mostrar, para que, então, se pense em alternativas de prevenção e intervenção. Tendo em vista o crescente número de jovens que infringem a lei, expondo a dramática situação de vida na qual se encontram e as precárias condições de seus psiquismos, torna-se necessário ampliar as formas de discussão sobre a problemática, a fim de que se possam vislumbrar transformações nessa realidade.

Referências

- Anguisky, B. & Capitão, L. (2008). Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. *Katál*, 11(2), 257-264.
- Benhaim, M. (2008). O materno e a delinquência. *Ágora*, 1, 9-16.
- Bertol, C. & Souza, M. (2008). Adolescentes em conflito com a lei? Leituras sobre identidade, sexualidade, corpo e práticas pedagógicas institucionais. *Seminário Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*. Acesso em 16 de outubro de 2011, disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST43/Bertol-Souza_43.pdf.

- Bleichmar, S. (2009). *La fundación de lo inconsciente: destinos de su pulsión, destinos del sujeto* (2ª ed.). Buenos Aires: Amorroutu.
- Carneiro, J. R. (2010). Delinquência, exclusão e mídia: uma contribuição psicanalítica do estudo de adolescentes envolvidos em atos infracionais. *Psicologia.pt, o portal dos psicólogos*. Acesso em 05 de novembro de 2011, disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0561.pdf>.
- Ceccarelli, P. R. (2001). Delinquência: resposta a um social patológico. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 14(145), 5-13.
- Conte, B.S. & Hausen, D.C. (2009). Pathos, o assujeitamento quando falta a lei. *Textura*, 8, 9-13.
- Costa, C.R.B. & Assis, A.G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Dockhorn, C.N.F.B. & Macedo, M.M.K.M (2008). A complexidade dos tempos atuais: reflexões psicanalíticas. *Revista Argumento Psicologia*, 54(26), 217-224.
- Feijó, M.C. & Assis, S.G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Ferigolo, M., Barbosa, F.S., Arboa, E., Malysza, A.S., Steinb, A.T., & Barros, H. M.T. (2004). Prevalência do consumo de drogas na FEBEM, Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(1), 10-16.
- Flechner, S. (2003). De agresividad y violencia en la adolescência. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 98, 163-183.
- Francischini, R. & Campos, H.R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Psico*, 36(3), 267-273.
- Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*

(Vol. 1, pp.381-511). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1920/1996). Além do princípio de prazer. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 13-75). Rio de Janeiro: Imago.

Gallo, A. & Williams, L.C. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescente. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59.

Garcia-Roza, L.A. (2008). *Introdução à metapsicologia freudiana 1: sobre as afasias e o projeto de 1895*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Herzog, R., & Salztrager, R. (2006). O sentido da revolta adolescente na contemporaneidade. *Adolescentes* (77-88.). São Paulo: Editora Escuta.

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.

Kodato, S., & Silva, A. P. (2000). Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 507-515.

Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (1994). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Maia, M. (2005). *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Garamond.

Macedo, M.M.K., Fin, J.N., Tomasi, L.O., Refosco, L.L., & Iensen, S.A.L. (2010). Delinquência e adolescência: reflexões psicanalíticas. In M. Macedo (Org.), *Adolescência e psicanálise: interseções possíveis* (pp. 187-202). Porto Alegre: Edipucrs.

Macedo, M.M.K., & Werlang, B.S.G. (2007). Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23(2), 185-194.

- Macedo, M.M.K., & Werlang, B.S.G. (2010). Desamparo e desesperança: risco ao si mesmo na adolescência. In M.M.K. Macedo (Org.), *Adolescência e Psicanálise: intersecções possíveis* (pp. 165-183). Porto Alegre: Edipucrs.
- Minayo, M.C.S. (2005). Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (Org.), *Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde* (pp. 9-42). Brasília: Ministério da Saúde.
- Moraes, E.G., & Macedo, M.M.K. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo.
- Moreira, J.O., Rosário, A.B., & Costa, D.B. (2008). Criminalidade juvenil no Brasil pós-moderno: algumas reflexões psicossociológicas sobre o fenômeno da violência. *Mal-estar e subjetividade*, 8(4), 1021-1046.
- Moreira, Vilhena, Cruz & Novaes, (2009). Quem tem medo do lobo mau? Juventude, Agressividade e Violência. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 12 (4), 677-697.
- Pacheco, J.T., & Hutz, C.S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219.
- Priuli, R.M., & Moraes, M.S. (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192.
- Refosco, L.L., Tomasi, L.O., Silva, C.M., Fin, J.N., & Macedo, M.M.K. (2011, no prelo). Adolescência e lei: conflitivas singulares. In M.M.K. Macedo & B.S.G. Werlang (Orgs.), *Psicanálise e universidade: reflexões no cenário da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Segalin, A., & Trzcinski, C. (2006). Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça. *Revista Virtual Textos & Contextos*, (6), 1-19.
- Steffen, M. (2006). Delinqüência: privação, trauma e passagem ao ato. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 188, 82-86.
- Viñar, M. (2004). *Los niños fuera de la ley. Adolescencia desamparada e infractora en la frontera de lo psíquico y lo social*. Manuscrito não publicado.
- Viñar, M. (2010). Del mundo interno y las relaciones objetales a la prioridad del outro. In S. Flechner (Org.), *Psicoanálisis y adolescencia: dos temporalidades que se interpelan* (pp. 63-83). Buenos Aires: Psicolibros ediciones.
- Werlang, B.S.G. (2006). Comportamentos Violentos. In B.S.G. Werlang & M.S. Oliveira (Orgs.), *Temas em Psicologia Clínica* (pp. 55-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SEÇÃO EMPÍRICA

**ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI:
A INTENSIDADE DA HISTÓRIA DE VIDA EM ATO**

Introdução

Vive-se hoje tempos marcados pela violência e pela criminalidade. Frequentemente, o sujeito contemporâneo depara-se com as mais diferentes formas de violência social. O termo “violência” tem amplo significado e pode abranger diferentes situações. Neste estudo, utiliza-se a definição proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera violência como o uso intencional de força física ou poder, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que cause, ou tenha probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtorno de desenvolvimento ou privações (Dahlberg & Krug, 2003). A ocorrência de episódios de violência tornou-se tão previsível e constante no cotidiano dos sujeitos que, por vezes, passa a ser entendida pela sociedade como um elemento inerente à atualidade (Andrade & Bezerra, 2009). Essa perspectiva corrobora para a redução de expectativas em relação à possibilidade de compreender o fenômeno e a complexidade que ele envolve. A magnitude do problema, entretanto, aponta para uma urgência no sentido de buscar uma reflexão em profundidade acerca do tema.

A violência presente nos atos transgressivos ocorre a partir da intencionalidade de um ato direcionado a outra pessoa, independente do resultado produzido, o que evidencia a violação de direitos humanos e a desconsideração às diferenças e aos limites na relação com o outro. Nesse contexto, as manifestações de violência por parte dos jovens têm grande impacto. É preocupante constatar o quanto adolescentes, ao se envolverem em atos infracionais, colocam em jogo as suas próprias vidas e a de outros, denunciando a precariedade de recursos emocionais para o enfrentamento de adversidades em uma etapa fundamental da vida humana (Refosco, Tomasi, Silva, Fin & Macedo, 2011). Trata-se, portanto, de buscar neste estudo um entendimento sobre o processo adolescente no contexto do conflito com a lei.

O estudo embasado na teoria psicanalítica sobre a juventude envolvida em atos violentos de Flechner (2003) destaca que os adolescentes apresentam histórias de vidas marcadas por intensa violência no cenário familiar. Viñar (2004) acrescenta que o envolvimento de adolescentes em atos infracionais tem relação com o fato de terem sido privados durante a vida de um suporte imprescindível para a conquista da condição humana, ou seja, esses jovens se veem privados da “ação socializante de duas instituições básicas da modernidade: a família e a escola” (p.1). Nesse sentido, é importante uma reflexão sobre os efeitos devastadores que essas falhas de amparo familiar e social podem produzir no psiquismo do sujeito adolescente.

Entende-se que a cultura exerce influência nas formas de subjetivação vigentes em cada época e, dessa maneira, faz-se necessário considerar a relação existente entre os efeitos que a sociedade atual produz como oferta de um modo de identidade e as condições próprias ao processo do adolecer. Birman (2006) apresenta argumentos que sustentam a ideia de ser a fonte do mal-estar para as subjetividades, hoje, a falta de um legislador absoluto responsável pela regulação das formas de gozo e pelo estabelecimento de uma fronteira entre o que é próprio e o que é do outro. O autor refere que os sujeitos tendem a possuir livre arbítrio para viver prazeres desmedidos, cada um pensando no próprio prazer, à custa de extorsão do prazer do outro, havendo um incremento do narcisismo. Assim, a violência alastra-se no espaço da subjetividade, sendo legitimada e autorizada pelo pressuposto do gozo sem limites, “disseminando, então, a destrutividade moderna de maneira ilimitada” (Birman, 2006, p. 72). O autor propõe, desse modo, não apenas uma leitura do mal-estar na sociedade moderna, mas sim um entendimento acerca da relação do homem com o prazer, com o limite e com a noção de alteridade. Pode-se pensar que o descaso social reproduz-se também nas relações marcadas pela fragilidade do amparo e cuidado que deveriam ser ofertados ao jovem. O adolescente vivencia modalidades de encontro com o outro com acentuada condição de

instabilidade, o que compromete, sobremaneira, a sua trajetória rumo ao processo identitário. Abre-se espaço, frente ao desamparo experimentado, para o surgimento de padecimentos graves na adolescência, como, por exemplo, as situações de conflito com a lei.

Ao nomear o território do conflito com a lei, adentra-se em uma das formas atuais do sofrimento adolescente, resultante da escassez de recursos para lidar com o incremento da tensão pulsional que surge nesse período. Para Steffen (2006), os atos transgressivos indicam uma falha na organização psíquica interna que favorece a passagem ao ato, representando um funcionamento psíquico mais próximo à modalidade de processo primário, com prejuízo no acesso aos recursos simbólicos. O ato infracional denuncia a fragilidade na estrutura egoica e nos recursos de simbolização do adolescente, ao deparar-se com o incremento de demandas que se associam ao já intenso trabalho psíquico exigido nesta etapa da vida.

Considerando essa perspectiva, toma-se como modelo um aparelho psíquico que tende à descarga pulsional e, a partir de sua complexização, procura outros destinos que não a satisfação direta da pulsão (Macedo & Werlang, 2010). Freud (1895/1996), em seu texto *Projeto para uma Psicologia Científica*, destaca a importância da relação primordial, estabelecida entre a mãe (incluindo, nessa condição, cuidadores que exerçam essa função) e o bebê, no processo de constituição e de instauração das condições do funcionamento do aparelho psíquico. Nos primeiros tempos, o bebê vivencia uma situação de desamparo, experiência esta inerente à condição humana. Freud (1895/1996) ressalta ser imperiosa, nesse momento, a ocorrência de uma *ajuda alheia*, através da qual uma pessoa efetua uma *ação específica*, ou seja, necessita-se de alguém capaz de atender as demandas da criança, as quais consistem inicialmente em necessidades básicas ou autoconservativas. O cuidado oferecido pelo outro promove um processo de ligação da energia pulsional, de atribuição de sentido e de contenção das demandas caóticas vivenciadas pelo bebê, inaugurando novas condições em

sua vida psíquica. A importância da relação da díade mãe-bebê inaugura a ideia da necessidade do outro na construção do espaço intrapsíquico da criança, sendo este momento da obra freudiana, na opinião de Hornstein (1989), no qual, mais claramente, se pode perceber a relevância das experiências do campo intersubjetivo no processo de constituição psíquica.

Durante a trajetória da construção do psiquismo, ocorrem transformações no espaço intersubjetivo com o advento do Complexo de Édipo. Conforme Hornstein (1989), a experiência edípica marca a entrada do terceiro no campo do desejo materno, sendo a sua função a interdição da díade, através da imposição de limites frente à esfera dos desejos. Dessa forma, o autor refere que a condição de interdito faz com que a criança sintase excluída, rompendo-se a ilusão de ela ser o ideal e, para recompor-se narcisicamente, tem que se identificar com o idealizado que não faz parte dela. A partir do processo identificatório há a internalização de valores, críticas, e exigências dos pais, possibilitando que ela invista no futuro, já que o eu não é mais o ideal, mas pode chegar a sê-lo (Hornstein, 1989). Assim, é a partir dessa vivência que se introduz, aos olhos da criança, a possibilidade dos registros de limite e de reconhecimento da vigência da lei. Na ótica da Psicanálise, a experiência edípica descreve as condições de exercício do cuidar por parte de um adulto em relação à criança, o qual reconhece a necessidade de apresentar a ela regras e limites que possibilitem tanto o cuidado do si mesmo, quanto o investimento amoroso na diferença que a existência do outro representa. Dessa forma, o que foi experimentado desde a díade até a triangulação edípica no campo intersubjetivo gera marcas importantes na formação da identidade e cujos efeitos serão revividos na adolescência.

A adolescência caracteriza-se como um período de transição no qual ocorrem mudanças significativas na vida psíquica do sujeito. Para Penot (2005), trata-se de um período que implica uma mudança de regime pulsional pautado pela puberdade que inaugura

o rompimento com a infância. Concomitantemente às perdas em relação a um tempo passado que se fazem presentes, as mudanças que acontecem acenam com a proximidade a um tempo que está por vir, tempo este, aparentemente, portador de maior autonomia se comparado à infância. Nesta trajetória de transformações, há uma luta acirrada entre o que é da ordem da *dependência* aos objetos e o que é da ordem da busca de *autonomia*, fazendo com que o campo da relação eu/outro seja solicitado de forma especialmente intensa (Cardoso, 2001). O jovem tem uma independência maior, mas ainda necessita de parâmetros que o deixem seguro nesta turbulenta travessia. Nesse sentido, pressupõe-se que os cuidadores se ofereçam como figuras de amparo, o que requer, por parte deles, o reconhecimento das peculiaridades e especificidades desse tempo da vida.

Para Hornstein (2008) não há psiquismo sem referência ao outro, o qual cumpre múltiplas funções: satisfaz necessidades de autoconservação, implanta sexualidade, estabelece condições de identificação e funda formas de regulação contidas na cultura. Assim, valoriza-se a ideia de um psiquismo aberto às vivências intersubjetivas, não somente no passado, mas também na atualidade, o que exige reflexões sobre as tramas relacionais e os seus efeitos na constituição da subjetividade (Hornstein, 2003). A concepção de um psiquismo aberto é complementada por Macedo e Falcão (2005), ao referirem que essa noção pressupõe um frequente intercâmbio entre o sujeito e o objeto, dando destaque ao campo relacional e aos efeitos deste sobre os sujeitos.

Este estudo propõe uma reflexão acerca da adolescência em conflito com a lei sob a perspectiva da história de vida de jovens que se envolveram em atos infracionais. Além disso, busca investigar os sentidos atribuídos por eles ao ato infracional cometido, na tentativa de explorar a compreensão dos fatores intrapsíquicos e intersubjetivos que geraram a condição de conflito com a lei. Entende-se a necessidade de outras formas de compreender o fenômeno da adolescência envolvida em atos transgressivos que não a de julgamento

moral. Nesse sentido, os aportes da Psicanálise se mostram como fecundo recurso de leitura que não passa pelo viés moralista, contribuindo, dessa forma, para um olhar amplo e respeitoso a respeito da problemática envolvida neste tema. Como embasamento teórico, serão priorizadas contribuições da metapsicologia freudiana. Entretanto, utilizar-se-á a contribuição winnicottiana sobre o tema da delinquência naqueles aspectos que podem ser relacionados com a perspectiva metapsicológica da Psicanálise freudiana.

Método

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de pressupostos metodológicos qualitativos, tanto no que concerne à coleta de dados, quanto em relação à análise destes. Participaram do estudo quatro adolescentes do sexo masculino (localizados por conveniência), de idades entre 12 e 18 anos incompletos, independente de raça, nível socioeconômico e escolaridade, que cometeram atos infracionais, não estando em cumprimento de Medida Socioeducativa de privação de liberdade. Os adolescentes foram localizados em uma Instituição do Sistema Judiciário, da cidade de Porto Alegre, por estarem respondendo a um processo devido ao envolvimento em atos infracionais. Após aprovação do Projeto de Pesquisa pela Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), foram contatadas as assessoras jurídicas da instituição do sistema judiciário, para a apresentação da proposta de investigação e obtenção da autorização necessária para a realização do estudo. Obtida a autorização, a pesquisadora permanecia em regime de plantão na instituição judiciária com o intuito de abordar os adolescentes que realizavam audiências por responderem processo pelo envolvimento em ato infracional. Estes eram convidados a participar do estudo depois de ocorrida a audiência. Na impossibilidade de permanência na instituição por mais tempo, os adolescentes eram convidados a retornar em outro momento

para a realização da entrevista. No caso de um dos participantes que não pôde voltar à instituição para a participação na pesquisa, o encontro ocorreu no abrigo onde o jovem residia.

Em um primeiro momento do processo de coleta dos dados, o adolescente e seu responsável aceitaram a participação no estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B e C), elaborado exclusivamente para este estudo, e preenchendo uma Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos (Anexo D). Após, os adolescentes participaram de uma entrevista semiestruturada de questões abertas, na qual foram contemplados os seguintes tópicos: 1) a história de vida do adolescente; 2) o princípio da ocorrência de atos infracionais; 3) o encontro com a justiça; e 4) o significados atribuídos pelo adolescente ao seu ato infracional. As entrevistas, com duração de aproximadamente uma hora, foram gravadas em áudio após a devida autorização do participante e, posteriormente, transcritas. A análise das entrevistas possibilitou a identificação de conteúdos que foram codificados em categorias de resposta, por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1991), na proposta de Moraes (1999). O método sugerido por Bardin é baseado em apenas três etapas, que são as seguintes: pré-análise, exploração do material e tratamento, e interpretação dos resultados. Moraes (1999) propõe uma releitura dessa técnica que auxilia na compreensão bruta dos dados, dividindo o processo de análise dos dados em cinco etapas:

(1) Preparação: Consiste em preparar as informações, identificando-se o que será analisado, a partir de uma primeira leitura de todo o conteúdo das entrevistas. Inicia-se, dessa forma, o processo de codificação dos dados, no qual se estabelecem códigos que permitam identificar elementos da amostra que sejam representativos e adequados aos objetivos da pesquisa.

(2) **Unitarização:** Visa à definição de elementos unitários de conteúdo, chamados de unidades de análise, a partir dos dados brutos. Em seguida, essas unidades são classificadas e isoladas para embasarem outras unidades mais amplas, denominadas de unidades de contexto. Esta etapa ocorre através análise cuidadosa do material e depende da natureza do problema de pesquisa e dos seus objetivos. É fundamental que as unidades tenham um sentido completo em si mesmas, sem necessidade de informações adicionais.

(3) **Categorização:** Há o estabelecimento de categorias válidas e significativas através da codificação e agrupamento das unidades de análise. A criação das categorias (iniciais, intermediárias e finais) exige capacidade de síntese por parte do pesquisador e se dá de acordo com critérios de semelhança ou analogia.

(4) **Descrição:** Comunica-se o resultado do trabalho de definição e identificação do material. Para cada categoria é realizado um texto síntese, explicitando o conjunto de significados presentes nas unidades de análise incluídas em cada uma delas.

(5) **Interpretação:** Na última etapa, realiza-se um entendimento mais aprofundado do conteúdo manifesto e latente dos textos, à luz dos fundamentos teóricos utilizados no estudo. Para tanto, usam-se recursos como inferência e interpretação. Nesta pesquisa valorizou-se a singularidade da experiência humana que abrange as motivações inconscientes. Dessa forma, o embasamento teórico psicanalítico foi o escolhido para a interpretação dos dados.

Resultado e Discussão

Os dados que caracterizam os participantes deste estudo podem ser observados na Tabela 1. Estes foram obtidos a partir das informações contidas na Ficha de Dados Sociodemográficos e do conteúdo das entrevistas.

Tabela 1. Sumarização dos dados dos participantes obtidos na Ficha Sociodemográfica e na entrevista

Participantes*	André	Fábio	Luciano	Marcelo
Idade	15 anos	17 anos	12 anos	17 anos
Familiares envolvidos na situação de abandono	Mãe e pai	Mãe e pai	Mãe e Pai	Mãe e Pai
Idade do rompimento do vínculo com os pais	Aos 11 anos	Aos 7 anos	Mãe aos 11 anos e pai desde o nascimento	Mãe aos 9 anos e pai desde o nascimento
Passagem por abrigo	Sim	Sim	Sim	Não
Situação escolar	Interrupção dos estudos	Interrupção dos estudos	Interrupção dos estudos	Interrupção dos estudos
Período no qual ocorreu a interrupção dos estudos	Sétima série	Quinta série	Terceira série	Primeiro ano do segundo grau
Motivo de interrupção dos estudos	Expulsão	Expulsão	Desinteresse nos estudos	Desinteresse nos estudos
Registro de dificuldades escolares	Brigas	Brigas e dificuldades de manter-se em sala de aula	Brigas e desrespeito a professores	Brigas e falta de atenção
Repetências	Sim	Sim	Sim	Sim
Séries em que repetiu	Primeira série	Terceira e quarta série	Primeira e segunda série	Sexta série
Situação de suspensão na escola	Não referiu	Sim	Sim	Sim
Motivo da situação de suspensão	-----	Brigas com colegas	Brigas com colegas e desrespeito a professor	Brigas com colegas
Situação de expulsão na escola	Sim	Sim	Não	Não
Motivo da situação de expulsão	Briga com colegas	Brigas e faltas recorrentes	-----	-----
Modalidade de atos infracionais cometidos	Furtos e tráfico de drogas	Furtos e brigas com agressão física	Roubo, brigas com agressão física e pichação	Brigas com agressão física
Audiências na justiça por ato infracional	Três	Duas	Três	Duas
Situação atual que levou à justiça	Tráfico de drogas	Furto	Roubo	Furto
Modalidade de Medidas Socioeducativas aplicadas	Advertência	Prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida	Advertência e prestação de serviço à comunidade	Prestação de serviço à comunidade

Os dados obtidos permitem constatar que os adolescentes entrevistados neste estudo possuem idades entre 12 e 17 anos, vivenciaram abandono parental por parte da mãe, do pai ou ambos, no período da infância, tendo a maioria deles residido em abrigos devido a essa condição. Dois jovens interromperam os estudos por falta de interesse e dois por motivo de expulsão por parte da escola. Anteriormente à interrupção da vida escolar, todos eles apresentaram sérios comprometimentos de desempenho na escola que abrangiam tanto a aprendizagem, ocasionando repetências escolares frequentes, quanto aspectos relacionais,

* Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes com o intuito de preservar a identidade dos mesmos.

acarretando em suspensões e expulsão por motivo de agressões físicas aos colegas. Todos os participantes cometeram atos infracionais, tendo respondido a mais de um processo na justiça responsável por adolescentes em conflito com a lei, recebendo Medidas Socioeducativas de Advertência e de Prestação de Serviço à Comunidade.

O material decorrente da transcrição das entrevistas realizadas permitiu a identificação de unidades de significado, as quais foram ordenadas em categorias iniciais. Depois de serem agrupadas, estas formaram as categorias intermediárias, que, por fim, resultaram em quatro categorias finais (Quadro 1). Para a descrição das categorias finais foram utilizadas verbalizações dos adolescentes, com a finalidade de propiciar rigor e legitimidade às categorias.

Quadro 1. Categorização Inicial, Intermediária e Final dos dados obtidos nas entrevistas com os participantes do estudo

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais	
História de vida marcada pelo abandono e pelas perdas	História de vida marcada pelo abandono e descuido	Efeitos da violência e do desamparo: a fragilidade do si mesmo	
Dificuldades com a figura materna			
Referências a condições de abandono materno			
Associação entre situação de abandono e dificuldades com figura paterna			
Inconstância em relação à moradia na infância			
Abandono parental resultando na condição de abrigamento			
Falecimento dos irmãos associado a graves situações de descuido			
Castigo e violência usados como meio de educação pelos adultos	Violência e contravenção no ambiente familiar		
Associação do uso de álcool, drogas e violência por parte da figura masculina			
Conduta violenta e instável por parte dos adultos como modelo familiar			
Ocorrências de episódios de contravenção no ambiente familiar			
Confusão em relação à história de vida	Intensidades afetivas das e nas repetidas situações de desamparo		
Incerteza em relação à experiência de abandono			
Sentimentos despertados frente ao abandono			
Impedimentos e excessos na experiência da infância			
Prejuízos na imagem do si mesmo			
Associação entre trabalho de michê e situação de conflito com a lei	Fases do excesso e do desamparo	O ato infracional e os riscos ao devir	
Associação entre o uso de droga e o ato infracional			
Início do ato infracional	Sentidos atribuídos ao envolvimento com atos infracionais		
Identificação e sentimentos de poder atribuído à condição de transgressão			
Atribuição a outro da responsabilidade por ato infracional atual			
Sentimentos mobilizados em relação ao ato infracional atual			
Fragilidades e especificidades no reconhecimento das consequências do ato infracional			
Indiferença em relação ao encontro com a justiça	O encontro com a justiça e com os limites		Desconfiança no encontro com a justiça e o limite
Encontro com a justiça como uma vivência negativa			
Sentidos atribuídos à Medida Socioeducativa			
Desprazer e desconfiança em relação a figuras de autoridade	Sentimentos nas relações marcadas pela lei ou pela noção de limite		
Omissão de fatos e tentativas de mentir para figuras representantes de limite			
Associação entre violência e fuga de casa ou do abrigo	Prejuízos nas relações decorrentes do traumático encontro com o outro		
Dificuldade de aceitar ajuda quando lhe oferecem			
Associação da função parental com o ganho de bens materiais			
Desvalor atribuído a figuras de autoridade			
Vivência positiva com outros familiares	Vínculos substituindo cuidados parentais e possibilitando experiência de responsabilização		
Construção de novos vínculos no abrigo			
Importância de vínculos fraternos			
Experiência de responsabilização com irmãos			
Importância e influência dos vínculos de amizade			

A primeira categoria final foi nomeada *Efeitos da violência e do desamparo: a fragilidade do si mesmo*, e originou as categorias iniciais e intermediárias, conforme quadro abaixo:

Quadro 2. Dados referentes à Categoria Final 1

Categories Iniciais	Categories Intermediárias	Categories Finais
História de vida marcada pelo abandono e pelas perdas	História de vida marcada pelo abandono e descuido	Efeitos da violência e do desamparo: a fragilidade do si mesmo
Dificuldades com a figura materna		
Referências a condições de abandono materno		
Associação entre situação de abandono e dificuldades com figura paterna		
Inconstância em relação à moradia na infância		
Abandono parental resultando na condição de abrigo		
Falecimento dos irmãos associado a graves situações de descuido	Violência e contravenção no ambiente familiar	
Castigo e violência usados como meio de educação pelos adultos		
Associação do uso de álcool, drogas e violência por parte da figura masculina		
Conduta violenta e instável por parte dos adultos como modelo familiar		
Ocorrências de episódios de contravenção no ambiente familiar	Intensidades afetivas das e nas repetidas situações de desamparo	
Confusão em relação à história de vida		
Incerteza em relação à experiência de abandono		
Sentimentos despertados frente ao abandono		
Impedimentos e excessos na experiência da infância		
Prejuízos na imagem do si mesmo		

Ao analisar o Quadro 2, pode-se constatar que os adolescentes apresentaram em seus relatos da história de vida importantes experiências de abandono e descuido por parte das figuras parentais, sendo essas situações narradas como acontecimentos marcantes e permeados de excessos psíquicos. Fica evidente que os adolescentes vivenciaram condições de extremo desamparo no que diz respeito à figura da mãe, a qual deixou marcas de negligência e abandono. A partir das histórias de vida dos jovens, percebe-se que a falta de cuidado de suas mães também ocorre em relação a elas próprias, explicitada no relato de constante uso de drogas, situações nas quais se fizeram presentes infecções causadas por doença sexualmente transmissível, e ocorrência de impulsividade com consequências de abandono. Todas essas experiências trouxeram impedimentos e severas limitações a estas mulheres no exercício do cuidado com os próprios filhos, como se pode notar na fala de André, Fábio e Marcelo:

“Minha mãe que me deixava com os guris quando ela fumava pedra. Não é fácil.” (André)

“Minha mãe faleceu com tuberculose e HIV... Minha mãe ficou doente daí eles, ela pediu para me botar dentro do abrigo. Eu acho que foi isso.” (Fábio)

“Mas daí do nada ela sumiu, sabe? Sumiu e ficou eu acho que uns cinco anos sem aparecer. Daí agora eu fiquei sabendo que ela tinha falecido...Daí, ah, fico triste assim, às vezes. Penso nela. Ela quis ir embora com as amigas dela e ela foi. E a minha avó: ‘tu tem certeza que tu vai fazer isso?’. Aí ela: ‘ah, quero, quero’.” (Marcelo)

Notadamente as falas dos adolescentes mostram que houve um abandono real materno e, conseqüentemente, importantes falhas no exercício de sua função. Mais do que isso, fica evidente, através das entrevistas realizadas, a condição de ausência paterna. Os quatro adolescentes foram abandonados pelos pais e, antes do abandono, relataram a ausência deste, o que trouxe sérias dificuldades em relação à figura paterna. Os comprometimentos envolvem lacunas no que diz respeito à identidade do pai, confusão de sentimentos frente à possibilidade de estabelecimento de vínculo com ele e falta de respostas que justifiquem ou lhes possibilitem compreender a situação de abandono. André, Luciano e Marcelo contam sobre esses conflitos:

“Meu pai mora na rua. Ele era bom. Ele até trabalhava um pouco. Era naqueles parque, aqueles parque tipo o da Redenção. Ele tava, eu não sei, ele arrumava quando estragava. Ele trabalhou acho que dois meses ou dois anos.” (André)

“Não, bem dizer eu até conheci, mas me disseram que ele não quis me assumir quando eu era pequeno. E, na verdade, ele mora na outra rua da quadra, mas eu nem falo com ele. É uma coisa que quando eu era pequeno nós... Eu nem falo com ele, nem dou mais oi, nem. Eu era pequeno, ele nem quis me assumir... Quando não perguntam, quando não perguntam o meu pai, o meu pai verdadeiro, eu nem me lembro dele, eu nem se lembro mais dele. Só quando me perguntam, assim. E olhe lá que eu digo que eu tenho um.” (Luciano)

“Também, eu não conheci meu pai... Eu que tinha que perguntar. Ela [mãe] sempre me escondia, sabe? Ela não me fala. Minha avó também perguntava e ela não falava... E ela: ‘ah, fala, fala, é o pai dele, o guri tem que saber tudo.’ Daí ela não falava.” (Marcelo)

Sabe-se que a qualidade do encontro com as figuras parentais é fundamental na constituição psíquica de uma criança. As circunstâncias de desamparo são consideradas como parte integrante das etapas do desenvolvimento emocional do ser humano, como referiu Freud (1985/1996). A imaturidade biológica e emocional do bebê desde os primórdios

determina a necessidade inegável da presença e do cuidado do outro no que tange às necessidades básicas de um recém-nascido. Ao mesmo tempo em que o cuidador decodifica e traduz os sinais corporais do bebê, empresta palavras e afetos “que serão as inscrições fundantes da estrutura psíquica” (Hornstein, 2008, p. 29). Esse encontro é o motor da vida pulsional, marcando o início da atividade de representação no recém-nascido, sendo uma vivência fundamental para a estruturação de recursos básicos que serão essenciais no enfrentamento de etapas posteriores. Dentre eles, tem-se a estruturação do ego, o qual vai se constituir a partir da ligação da energia pulsional que o outro primordial vai viabilizar; na medida em que cuida, ao mesmo tempo ele se oferece como identificação.

Para a Psicanálise, nessa concepção, o desamparo pode ser compreendido como sendo essencial à estruturação do aparelho psíquico ao viabilizar a instauração do desejo (Macedo, Fin, Tomasi, Refosco & Iensen, 2010). Entretanto, pode-se conceber o desamparo sob outra perspectiva, que o associa a um excesso o qual tem em seu âmago a condição de falha, no sentido da intensa precariedade do cuidado oferecido pelo outro, que acaba gerando drásticos efeitos psíquicos, levando, assim, a outro eixo de raciocínio.

Abordar o tema do jovem em conflito com a lei remete a um fenômeno complexo que precisa contar com diversas ferramentas para sua compreensão. Nesse sentido, tomando como chave o conceito de desamparo, este estudo se propõe a enfocá-lo desde dois eixos: o desamparo que se refere às condições internas e às condições externas ao sujeito.

Entende-se que a descrição freudiana das condições do efeito no campo intrapsíquico de um evento traumático pode ser associada às proposições winnicotianas decorrentes de sua leitura sobre as condições do ambiente externo. No contexto do desamparo com conotações traumáticas, o ambiente contribui significativamente, ao ficar aquém das necessidades da criança. Diferencia-se, portanto, a noção de desamparo como condição inicial da vida e próprio à situação do nascimento, daquele desamparo que se refere à inexistência ou

precariedade de recursos ofertados pelo outro em relação às demandas da criança (incremento de uma situação).

O conceito de *deprivação**, em Winnicott (1956/2000), traz forte contribuição para o entendimento desta segunda modalidade de desamparo, apontado pelo autor como sendo uma das raízes do comportamento delinquente. Conforme Winnicott (1956/2000), na *deprivação*, há a perda de algo bom que já foi experienciado pela criança com os cuidadores; a retirada desta experiência positiva estendeu-se por um período mais longo do que aquele em que a criança é capaz de mantê-la na lembrança. Assim, o autor afirma que, a partir da destituição de algum aspecto essencial da vida da criança, ela pode vir a manifestar comportamentos antissociais os quais podem corresponder tanto à normalidade, quanto serem indicativos do surgimento do padecimento delinquente.

Hack (2008) disserta sobre a distinção proposta por Winnicott entre *privação* e *deprivação*. Na condição de *deprivação*, a criança teve alguma experiência positiva com o(s) cuidador(es) que foi perdida, já na *privação* a criança nunca beneficiou-se dessa vivência (Hack, 2008). Salienta-se que, de acordo com Winnicott (1956/2000), a *deprivação* instaura-se no momento em que o grau de maturidade do ego permite a percepção de que a falha foi externa e não interna, e que é justamente essa percepção que acarreta o prejuízo na personalidade e a busca da cura numa nova provisão ambiental.

Pode-se pensar, assim, que as recorrentes situações de abandono contadas pelos adolescentes configuram-se como situações de *deprivação*, uma vez que os relatos dos mesmos mostram que houve alguma experiência com os cuidadores as quais, em determinado momento, foram retiradas em função do abandono. Winnicott (1956/2000)

*O termo *deprivation*, de acordo com Hack (2008), é encontrado no texto original em inglês, não tendo correspondente no português. Percebe-se que isso causou uma dificuldade de tradução para português em relação ao uso do termo *deprivação* nos textos de Winnicott; no livro *Da Pediatria à Psicanálise* (1956/2000) a expressão foi mantida como tal, já na versão encontrada em *Privação e Delinquência* (1956/2005), usou-se *privação* no lugar de *deprivação*. Optou-se por manter a proposta original do autor.

indica que a privação acontece no período entre um a dois anos. Os dados obtidos junto aos participantes e referidos na Tabela 1, no entanto, mostram que as situações de abandono por parte dos cuidadores aconteceram em épocas posteriores a esse período da vida referido pelo autor. O período de ruptura dos vínculos de André e de Luciano aconteceu aos 11 anos, de Fábio aos 7 anos e de Marcelo aos 9 anos. Dessa forma, pode-se pensar que o rompimento do contato com os pais, ou seja, a *deprivação*, pode acontecer também posteriormente ao período mencionado por Winnicott. Porém, ressalta-se o ambiente de violência que parece ter sido constante na vigência dos vínculos.

A ida para o abrigo, no caso de Fábio, André e Luciano, o falecimento dos pais, como ocorreu nas vidas de Fábio e Marcelo, a experiência de morar na rua que aconteceu com André denotam a privação nas situações extremas de abandono real por parte dos responsáveis e mostram a fragilidade da relação com as figuras parentais, na qual predominam a insegurança e a instabilidade. Chama a atenção o quanto estas vivências de intensa dor parecem determinar suas histórias de vida, sendo a temática à qual atribuem maior ênfase em seus relatos. André, Fábio e Marcelo contam sobre a singularidade de suas histórias de vida:

“Era bom até meu pai brigar com a minha mãe, separar, cada um foi pra um lado e eu fui pro abrigo, eu e meu irmão. Minha mãe botou eu e o meu irmão... Fui direto pra rua como te disse. Fiquei um tempinho ali, depois eu fui, depois eu e um amigo meu, quase um irmão meu, entendeu? Nós tava dormindo numa casa abandonada lá por perto.” (André)

“Moro no abrigo desde os sete anos. Meu pai e a minha mãe faleceu. Minha mãe faleceu com tuberculose e HIV e o meu pai por causa do álcool da droga, do crack.” (Fábio)

“Ah, era bom. Tava com a minha mãe sempre. Mas daí do nada ela sumiu, sabe? Sumiu e ficou eu acho que uns cinco anos sem aparecer. Daí agora eu fiquei sabendo que ela tinha falecido. Daí, ah, fico triste assim, às vezes. Penso nela.” (Marcelo)

As diversas mudanças de moradia relatadas por Luciano permitem constatar os efeitos do descaso das figuras parentais no psiquismo. Ao deparar-se com tanta instabilidade nas

suas vivências, a mesma inconstância experienciada na “moradia externa” pode se presentificar na “moradia interna”. Nota-se que toda desordem experienciada no campo intersubjetivo acarreta prejuízos significativos na noção de tempo e espaço. O adolescente conta:

“Faz um, agora faz um ano e meio mais ou menos que eu tinha morado com o pai das guria... Ele alugou uma coisa, uma pensão lá, daí eu fiquei morando lá. Daí, depois nós, de lá, nós fomos uma casa, alugamos uma outra casa. E depois nós viemos de novo pra cá pra Porto Alegre e não me lembro onde que nós, onde que eu. Ah, aí nós alugamos uma casa lá que nem sei onde que era. Daí voltei agora pra cidade que eu to morando agora. É que eu tinha, eu tinha morado, na verdade, eu tinha morado lá. Daí fiquei um tempo lá, fiquei bastante tempo lá, fiquei uns, ah, fiquei uma certa idade. Daí depois eu fui lá pra, pra, pra coisa, fiquei um, fiquei uns dia, uns dia, é, nem foi morar muito, bem dizer. Foi dias.” (Luciano)

O desamparo vivenciado desde os primeiros encontros com os cuidadores causa sofrimento e excessos psíquicos que, em função da repetição de experiências de descuido, pode atingir proporções traumáticas que fazem com que a infância seja marcada por intensidades que não encontram vias de metabolização. Em “Além do Princípio do Prazer”, Freud (1920/1996) reformulou sua teoria a respeito do trauma, passando a descrever como traumática qualquer excitação advinda de fora que seja poderosa o suficiente para atravessar a camada protetora do aparelho psíquico, configurando-se, assim, um excesso psíquico que dificilmente conseguirá ser processado. O trauma corresponde a uma dor que não é representada psiquicamente. Dessa forma, não é surpreendente a presença de aspectos que atinjam dimensões traumáticas no psiquismo dos participantes, já que o contexto familiar do qual fazem parte, ao invés de proteger e assegurar um ambiente de confiabilidade para a estruturação emocional, ao contrário, é produtor de intensa dor física e psíquica. O trágico episódio da morte dos irmãos de André mostra justamente a traumática falta de cuidado e o transbordamento emocional que o acomete, resultantes de uma grave condição de descuido. Ao falar sobre o drama da perda dos irmãos, o adolescente ilustra o risco de vida a que também estava recorrentemente exposto:

“Morreu os meus irmãos menores na casa queimada daquele acidente que duas criancinhas morreram queimada. Apareceu no jornal, na TV. Tavam na casa [os irmãos]. Minha mãe foi buscar pedra pra fumar e deixou eles dentro da casa, daí nisso caiu a vela em cima da cama... Duas criancinhas morreram queimada no acidente que deu... A casa pegou fogo e todo mundo morreu...Eu não dormi, eu chorei, chorei; não dormi. Fui dormir no outro dia quase. Cheguei nem ir pro colégio.” (André)

Ainda no terreno do desamparo, os adolescentes referiram um cenário familiar em que o descuido e a violência se faziam presentes, tanto no que diz respeito a agressões físicas e verbais por parte dos integrantes da família, quanto em relação à ocorrência de episódios de contravenção nos quais esses membros estavam envolvidos. A situação na qual a mãe se afasta para fumar *crack* denuncia não só a precariedade de condições desta para exercer funções de cuidadora em relação aos filhos, como também explicita a precariedade de investimentos no si mesmo.

A violência por parte dos adultos mostrou-se como “recurso” de educação aplicada na infância aos participantes. Como afirma Diefenthaeler (2008), o termo *violência* vem do latim, das palavras *violentia* (abuso de força), e *violare* (transgredir o respeito devido a uma pessoa). A definição da própria palavra é representativa de como estão embasados os processos educacionais no cenário familiar: o uso de força física e desrespeito. Luciano e André sofreram agressões por mau comportamento ou falta de cumprimento de tarefas da casa e os drásticos efeitos decorrentes desta violência repetida se traduzem em marcas tanto físicas como psíquicas:

“Ah, aprontava, incomodava, sei lá, incomodava a minha mãe pra, sei lá, brigava com meu irmão, quando era pequenininho... Quando eu brigava com a minha mãe, com meu pai, quer dizer... Quando eu tinha quatro anos, daí tinha batido em mim. Daí ela pegou, bateu com a cinta em mim.” (Luciano)

“Ela [mãe] não era muito boa. Ela batia. (Pausa.) Agora eu não to mais vivendo com ela, melhor ainda [levantou a calça e mostrou uma cicatriz grande na perna]. Olha, isso aqui ela fez em mim. Ela tocou um prato em mim, prato de comer, prato de comida. Porque eu não quis lavar a louça uma vez.” (André)

A conduta violenta, entretanto, foi atribuída substancialmente à figura paterna, estando associada ao descontrole em função do uso de drogas e álcool, gerando temor e insegurança no convívio familiar. Dessa forma, percebe-se que a própria família oferece o comportamento agressivo e instável como modelo a ser seguido, o que denota carências de figuras de identificação qualificadas para os adolescentes nesse contexto. Fábio narra o comportamento paterno, André relata a conduta do avô materno e Luciano conta a briga entre tios e irmãos contra o padrasto que agrediu a sua mãe:

“Eles estavam sempre brigando. Meu pai sempre batendo na minha mãe... Usando droga. Discussão, agressão por causa da droga. Meu pai ficava louco. Tava ficando louco já... Ficava brigando por nada. Do nada ele queria agredir alguém.” (Fábio)

“Ele bebe [o avô]... Ele incomoda, ele quer bater na minha mãe aí eu saio pra não ver os dois brigando... Ele bate na minha avó.” (André)

“Daí eu, meu irmão, mais o meu outro irmão e mais o meu tio peguemo ele e demo um pau nele. Daí ele tem um pé torto, ele tem um problema no pé, anda de muleta. Demo um pau nele. Daí o meu tio chegou na frente dele e deu dois bombão na cara dele, daí o meu irmão já chegou e o meu outro irmão ficou só olhando, daí quando eu dei, dei-lhe uma nos peitos dele e ele ficou sem ar... Daí meu irmão já veio e já deu-lhe um outro nele e raspou toda a cara dele no asfalto assim. Pegou a cara dele, assim, o cabelo, que tem trança, pegou o cabelo dele e bateu, assim, no asfalto. Bah, começou a, saiu sangue... Bem feito. Eu acho que foi uma coisa muito certa. Tinha que dar mais nele ainda.” (Luciano)

Outro modelo negativo oferecido no ambiente familiar é o da prática da contravenção. Foi frequente, no relato da história de vida dos jovens, o envolvimento de familiares como pai, mãe e tios em situações como roubo, trabalhos ilegais, estando alguns deles até mesmo em regime prisional. No caso do adolescente que não referiu o envolvimento de familiares com situações de atos infracionais, foi mencionado o conhecimento de pessoas que igualmente apresentavam-se como um modelo de transgressão. Além disso, constata-se que, na história de pelo menos um dos adolescentes, há a participação do mesmo em episódios de contravenção materna, estando exposto a risco de vida.

“O meu pai, meu pai, meu pai... Não sei. O meu pai tá preso... o meu pai eu não conheci meu pai, eu não conheci o meu pai.” (Luciano)

“Tentar roubar um banco também não é assim. Às vezes eu olho filme, bah. Claro, conheço um monte de gente (bandida), mas tipo, é nego veio já. Às vezes escuto falar dos meus primos que o fulano fez isso tudo. Mas aí é nego veio. Não é guri assim. Só isso.” (Marcelo)

“Eu não sei o que ela fez, mas uma vez ela roubou, não fosse eu, ela estaria morta [mãe]. Ela tava bêbada, não lembro se tava fumada ou bêbada. Ela pegou e queria bater num cara e o cara tava armado, daí eu peguei e falei com o cara e deu, ela podia morrer ali mesmo. Era de noite.” (André)

O enfrentamento de um panorama de violência e agressão na vida familiar, acrescido ao quadro de abandono real – deprivação – com o qual os adolescentes tiveram que se deparar desde as origens evidenciam cenas traumáticas decorrentes da escassez de relações significativas e amorosas. É relevante pensar nos efeitos de todo este cenário de falta de cuidado no processo da construção da imagem do si mesmo. A condição marcante de descuido e desamparo, que se faz presente desde muito tempo na vida dos participantes, permite constatar os danosos efeitos do excesso na precariedade e fragilidade da visão de si mesmos. Para tanto, recorre-se ao conceito freudiano de narcisismo. Em “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, Freud (1914/1996) salienta a importância do investimento emocional por parte dos pais desde o nascimento da criança, os quais devem considerá-la como *sua majestade o bebê*. Para Freud (1914/1996) a atitude afetuosa de pais para com os filhos é a revivência e a reprodução do narcisismo dos pais. Os pais atribuem todas as perfeições ao filho, ou seja, para ele, devem desaparecer a enfermidade, a morte, o desprazer, cabendo-lhe cumprir os desejos não realizados por seus cuidadores (Freud, 1914/1996). A ilusão narcisista que a criança representa para os pais é essencial para a constituição do narcisismo e está estreitamente ligada ao desenvolvimento da autoestima e ao estabelecimento de futuras relações de investimento nos objetos.

Inicialmente, a imagem de si mesmo é dada à criança a partir do olhar de um outro, tendo a ver com o que ela significa para os próprios pais. Bleichmar (1985) denomina

narcisação “ao processo intersubjetivo que compreende, por parte do outro significativo, uma valoração positiva do sujeito, com a concomitante expressão de prazer, e, por parte do sujeito, uma identificação com essa valoração e esse prazer” (p. 92). A criança, então, se identifica com a representação qualificada que o adulto significativo tem a seu respeito, adquirindo uma identidade. A catexia narcisista é conceituada como um conjunto de ideais e afetos que correspondem, inconscientemente, às representações que o sujeito tem de si próprio, que são constituídas por todas as variáveis nas quais alguém é investido pelo outro (Bleichmar, 1985). Sempre que a representação do sujeito for ativada em seu psiquismo, se farão presentes os resquícios mnêmicos do encontro com o outro.

Quando se aborda a temática do narcisismo, logo se pensa no desenvolvimento sadio, em que o bebê e a sua mãe completavam-se na ilusão de ideal. No entanto, ao contrário do que se descreve como *narcisação*, pode acontecer, segundo Bleichmar (1985), que o outro significativo não esteja disponível emocionalmente para o seu bebê, comprometendo a sensação de completude necessária para a instauração do narcisismo. Nesse processo, denominado por Bleichmar (1985) de *desqualificação primária*, o olhar crítico e o desprazer do outro significativo, desde o início da vida da criança, resultam na identificação da mesma com essa atitude. Para o autor, os vestígios mnêmicos dessas experiências carregam-se “com algo que não é simplesmente a ausência de catexia narcisista, o que seria um vazio, e sim com a presença viva de seu oposto, da rejeição” (p.92).

Pode-se associar o raciocínio de Bleichmar (1985) a respeito da desqualificação primária às ideias apresentadas por Hornstein (2008) sobre os efeitos da indisponibilidade materna no aparelho psíquico da criança. Caso a mãe, ou sua substituta, não possa cumprir sua função devido à sua própria angústia, o autor refere que necessariamente haverá fragilidades na organização psíquica do bebê. Trata-se de um narcisismo patológico que denota:

uma falta crônica de investimentos parentais que se traduz em uma falta de amor próprio, em uma profunda dor por si mesmo... Esse lugar que deveria ser regado pela linguagem, pela simbolização, pela criatividade, tornar-se-á árido com tanta somatização, atuação ou diretamente depressão. (Hornstein, 2008, p. 29)

Não é de se admirar a presença de graves comprometimentos dos adolescentes em relação à noção do si mesmo, uma vez que dificilmente ocuparam um lugar significativo junto aos pais. A conduta parental de abandono e violência aponta para falhas narcísicas dos próprios cuidadores, o que reflete diretamente na maneira precária como narcisaram os filhos. As implicações decorrentes dos poucos investimentos parentais resultam em lacunas no si mesmo e em impedimentos no alcance de uma nomeação própria que se mostram nas confusões em relação aos intensos sentimentos endereçados às figuras parentais – abandonantes – e a incapacidade de metabolizá-los psiquicamente. Antes da capacidade de nomear-se, o sujeito tem que ter vivenciado a experiência de ser nomeado. Fábio, Marcelo e Luciano exemplificam em seus relatos as dificuldades no reconhecimento do próprio afeto e as incertezas frente às emoções que a experiência de abandono desperta:

“É. Eu não consigo responder... Não sei te dizer como eu me sinto. Me sinto mal porque algumas perguntas eu sei, mas não sei, eu não consigo falar... Eu sinto que eu não consegui falar. Aí o que sai na minha cabeça...o que sai na minha cabeça que dá para mim falar eu falo. Algumas coisas eu não gosto nem de lembrar. Fico mal. Não consigo fazer muitas coisas.” (Fábio)

“Ah não vou falar (risos). Não posso falar, se não eu começo a chorar... Eu não gosto. (Silêncio). Mas que era bom ter ela do meu lado era. Às vezes eu estava no colégio, né, aí as mães iam buscar os filhos e só a minha mãe que não ia me buscar. Daí era triste. E sempre perguntavam: ‘ah e a tua mãe?’; daí eu sempre: ‘ah, tá trabalhando’. Mas tipo, eu não sabia onde ela tava. Era sempre assim... Daí era triste. Nem gostava muito de falar sobre ela.” (Marcelo)

“Não, mas eu nem lembro dele. Quando me perguntam, eu nem me lembro. Não me passa mais pela minha cabeça quando, só quando me lembro que meu pai é verdadeiro. Daí quando falam eu me lembro... Daí eu botei na cabeça que eu não queria mais ficar com ele...Porque sei lá. Tá louco, aquele lá nunca vai ser meu pai, nunca foi e nunca será (Risos). Nunca, negão... (Risos). Nunca foi, nunca será (Risos). Bah, os guris dizem: ‘nunca foi, nunca será teu’... Não, por que ele não me assumiu? (Silêncio).” (Luciano)

O drástico efeito no sentimento de estima de si pode ser representado a partir da fala de André, que explicita o desvalor atribuído à maneira como ele se percebe, o que o impossibilita em acreditar e investir em possibilidades do devir. A falta de perspectiva em relação ao futuro e a intensa sensação de desesperança comprometem não apenas a vida e a perspectiva de futuro nela, mas também a ideia de que nem na morte haveria um destino:

“Não que eu seja honesto, exatamente, não tão honesto assim, né... Como eu te disse, agora cada um tem a sua hora de ir. Lá para cima ou para o inferno. Se eu for, ainda vou pra bem longe. Se eu morrer, pra nenhum eu vou ir. Não fiz o bem nem o mal, ninguém vai me querer.” (André)

Pode-se estabelecer uma relação entre vivências traumáticas na infância – de desamparo, negligência e violência – e prejuízos na construção da autoestima, o que resulta em frágeis recursos emocionais para percorrer a complexa trajetória da adolescência. No entanto, o advento da adolescência irá demandar um intenso trabalho psíquico de significação e ressignificação de seu passado e de seu presente, disso resultando condições de investimentos no futuro. De acordo com Macedo e Werlang (2010), é fundamental pensar nos movimentos de avanços e recuos que implicam em possibilidades ou fragilidades frente ao processo de elaboração das transformações e exigências dessa etapa. Em casos como os dos adolescentes entrevistados, o ingresso nesse período é regido por fragilidades que se manifestam através do ato infracional.

Diante do exposto, estrutura-se a segunda categoria final, denominada ***O ato infracional e os riscos ao devir***, que originou as categorias iniciais e intermediárias, conforme o quadro abaixo. Essa categoria aborda o envolvimento dos adolescentes com atos infracionais, o que denota os drásticos efeitos psíquicos da condição de desamparo.

Quadro 3. Dados referentes à Categoria Final 2

Associação entre trabalho de michê e situação de conflito com a lei	Fases do excesso e do desamparo	O ato infracional e os riscos ao devir
Associação entre o uso de droga e o ato infracional		
Início do ato infracional	Sentidos atribuídos ao envolvimento com atos infracionais	
Atribuição a outro da responsabilidade por ato infracional atual		
Identificação e sentimentos de poder atribuído à condição de transgressão		
Sentimentos mobilizados em relação ao ato infracional atual		
Fragilidades e especificidades no reconhecimento das consequências do ato infracional		

O período da adolescência requer a elaboração de lutos e perdas, gerando conflitos entre a estruturação da personalidade e o temor frente à existência ou não de recursos de enfrentamento às novas situações (Macedo & Werlang, 2010). Entretanto, quando acrescentadas a essas características da fase repetidas experiências desamparo, as intensidades a serem metabolizadas ultrapassam o que se considera esperado na crise da adolescência, podendo desencadear comportamentos impulsivos na tentativa de dar vazão à turbulência emocional.

O ato infracional pode surgir no início da adolescência, indicando a precariedade de recursos para lidar com o incremento pulsional inerente a fase e, além disso, refletindo a falta de apoio familiar e social no que diz respeito à contenção dessa turbulência emocional. As próprias demandas adolescentes aludem à necessidade de encontrar no ambiente familiar recursos de acolhimento e de amparo na construção identitária que empreendem nessa etapa da vida (Macedo, Fin, Tomasi, Refosco & Iensen, 2010). As faces do excesso e do desamparo aparecem na conduta dos adolescentes, as quais denotam o descuido por si mesmos e a falta de referências no ambiente familiar e social que possam conter esse cenário de violência. André, ao associar o trabalho como michê ao ato infracional, demonstra a falta de recursos de cuidado consigo devido à sua fragilidade psíquica para sair da situação de transgressão. Salienta-se a passividade do adolescente ao ser tomado como objeto para

satisfazer a necessidade do outro. Apesar dessa questão não ser vista por ele dessa forma, já que refere sentir-se ativo na prática como michê, ele está submetido ao desejo de seu cliente, na condição de prostituição.

“Até parei de traficar; como eu te disse, tava até trabalhando de ‘michê’ pra não tá roubando e pra não tá traficando... O passivo é o que dá e o ativo é o que come; eu era o ativo, nunca dei pra alguém e nem em outros lugares, só era ativo. Tem outras pessoas lá embaixo que roubavam carro e os homens vinham ali na... e batiam em nós. Nós teve que bater num lá na praça... Porque ela quis ficar comigo e eu ia negar ficar com ela? Eu sou puto. Quando tu [cliente] gosta de uma pessoa tu vai, quando tu não gosta não vai. Ou tu não vai com a cara da pessoa.” (André)

O uso de drogas também é uma das duras faces do desamparo. Mayer (2010), ao discorrer sobre os atos transgressivos relacionados às adições, coloca-os como resultado tanto de situações de abandonos afetivos quanto de experiências de falta de limites na infância. Essas crianças, então, “se habitua a tomar o que necessitam atuando, em lugar de pensar, falar e pedir” (Mayer, 2010, p.51). Assim, a partir de todo este quadro de instabilidade familiar na adolescência, a incapacidade de esperar ou de criar vias de satisfação que não impliquem condições de risco ou destrutividade resulta em uma ação que se faz presente sem reflexão anterior, bem como na ausência de ponderação a respeito das consequências de seus atos. Um exemplo que denuncia a destrutividade dos atos pode ser aludido à temática das drogas. Em uma entrevista, a relação entre o uso de drogas e o ato infracional é explicitada por André:

“Quando eu for preso, eu quero ir preso por um homicídio, não quero cair logo por uma peteca, que eu não tinha nada haver. Vou tá são, tá louco. Se eu tiver, quero tá chapado.” (André)

A outra situação de referência ao uso de drogas surge associada a uma ilusão de força e potência. Marcelo, ao contar sobre os amigos, coloca em seu discurso formas de comportamento atribuídas a outro, mas que podem ser tomadas como uma forma de falar de si mesmo:

“Às vezes, eu conheço um monte de amigo meu que tipo fuma maconha pra se aparecer pras gurias. Sabe, considerando que as gurias não vão dar nada pra ele, não vão ajudar ele. Ele só se, só estraga os organismo deles os negócios dele assim. Por causa que vivem se aparecendo... Ah, tipo, homenção: ‘ah, eu faço isso, eu faço aquilo’. Sabe, assim, daí eles ficam chamando a atenção delas.” (Marcelo)

A base psíquica que se estabelece através das experiências da primeira infância fundamenta a passagem do processo primário para o secundário, capacitando o sujeito a recorrer, como recursos psíquicos de mediação e enfrentamento de adversidades, ao pensamento e linguagem. Conforme Steffen (2006), os comportamentos transgressivos dos adolescentes estão relacionados a uma deficiência na organização psíquica interna, isto é, a um fluxo de energia livre e sem contenção, em que o sujeito é incapaz de metabolizá-la, dando espaço à passagem ao ato, o que evidencia um fracasso do recurso de simbolização. Com o advento da adolescência, as demandas próprias desse período podem ter intensificado uma débil estruturação psíquica evidenciada pela carência de representações. Assim, as formas de expressão dos jovens indicam uma vivência primordial no encontro com o outro que impossibilitou a complexização das marcas em inscrições, ou seja, em representação via palavra. A ausência de registros de linguagem como recurso para processar o transbordamento pulsional encontra uma via de escoamento através da ação sem a mediação do pensamento. Os relatos sobre o início da ocorrência de atos infracionais de Fábio, Marcelo e Luciano evidenciam as modalidades de passagem ao ato que surgem concomitantes ao ingresso na adolescência e revelam os efeitos da pobreza de recursos referentes ao processo de pensamento:

“Só em mercado só [fala sobre o seu envolvimento com roubo]. Pegar bolachinha. Desodorante... Ih, isso aí faz tempo... Eu tava com fome ia lá e pegava uma bolachinha.” (Fábio)

“Ah, foi discussão no futebol. Daí nós brigamos, eu e uns guris. Daí a diretora mandou nós pra cá... Só por causa do futebol. Porque um me chamou de filha da puta. Daí eu não gostei. Daí eu tomei uma atitude.” (Marcelo)

“Ah, faz tempinho. Um ano e meio, dois anos. O bonde, na real, começou já faz o que, uns três anos que começou, uns três anos e meio começou esse tal de bonde. Daí foi... Na real, a história de bonde foi uma brincadeira, começou, começou, começou, assim, uns cinco, seis, começou uns cinco, seis, e se juntando e...”(Luciano)*

Na adolescência, o ato é uma forma de descarga pulsional frequentemente utilizada pelos jovens. Os impasses e as repercussões sociais que advêm desse ato é o que diferencia os atos infracionais das modalidades de atuação típicas da adolescência. Para Savietto e Cardoso (2006), a atuação dramática é aquela na qual o adolescente é tomado por uma força pulsional que não consegue dominar, passando do impulso diretamente à ação, sem efetuar a etapa do processamento psíquico. A partir das proposições das autoras, pode-se pensar que se trata de um ato sem sentido (sem simbolismo), no qual não existe a implicação do sujeito e, dessa forma, não há condição de responsabilização pelo seu ato. A atribuição a outro da responsabilidade pelo ato infracional mostra a ausência da condição de atribuição de sentido e de percepção do que se passa consigo em relação à produção dele, conforme revelam os seguintes entrevistados:

“A guria que eu arrastei pro hotel... Ela traficava, eu acho... Ah, essa daí não era a minha [refere-se a pedra de crack que acharam nos tênis dele]...Tavam nas meia, tavam no tênis, embaixo do... Eu não senti porque a minha meia tava podre de suja. Foi a guria que botou... Deve de ser sim, de certo ela esqueceu. Botou um monte ali, caiu uma, aí peguei e botei o tênis e nem senti porque a meia tava toda suja. Sabe? Peguei, botei e amassou. Normal, mas não era minha.” (André)

“É que tipo assim, o meu amigo já, tipo, entrou [no supermercado] e ficaram olhando e ele já começou a debochar, sabe. Ele começou a falar: ‘ah, porque tá me olhando?’. Começou a debochar e fazer caretinhas e puxava o dinheiro e mostrava. Daí o cara [segurança] já era meio brabo, assim, sabe... Daí eles pegaram, deram em nós e ficaram falando um monte de merda, lá... Não tenho culpa. Claro! Ah, eu odeio, odeio que falem. Quando eu não fiz mesmo.” (Marcelo)

*Bonde define-se como um agrupamento de jovens que se origina em determinada zona da cidade e que pratica delitos como pichações, brigas de rua, furtos e roubos. Os integrantes do grupo andam fardados, vestindo-se de maneira semelhante, usando roupas de mesma marca. A principal motivação dos bondes é, através de ações violentas, mostrar poder e demarcar território.

“Que um amigo meu pegou uma bolsa lá dentro do shopping. Daí eles pegaram ele e eu fui junto... Olha o que ele fez. E eu tô pagando por uma coisa que eu não paguei, por uma coisa que não fui eu que fiz e eu tô pagando por ele, eu tô pagando. Ontem eu tive que dormir aqui na salinha do DECA com ele, agora ele vai pagar. Ontem eu já dei nele. Eu vou matar ele a pau! Bah.” (Luciano)

“Eles me acusaram que eu tinha pego um DVD... Eles não tiveram prova e eles só me botaram a cumprir uma PSC...Pegaram o DVD, mas não fui eu.” (Fábio)

O grupo de iguais, na fala dos participantes, ocupa um lugar de destaque no envolvimento relativo aos atos infracionais. Segundo Viñar (2004), as aquisições identificatórias produzidas no tempo da infância e da adolescência são cruciais e determinantes para que o sujeito em desenvolvimento produza as condições para a separação e para o reconhecimento da alteridade. Quando esse processo é marcado pela carência de modelos identificatórios qualificados, como se evidenciou no caso dos participantes, as condições de dependência e autonomia em relação ao grupo não se constituem. Essa situação pode resultar em dependências massivas e adesivas que consagram as tribos adolescentes que só concebem lealdade em seu interior e consideram inimigos tudo o que não pertence ao grupo (Viñar, 2004).

Na adolescência há o processo de desligamento dos investimentos psíquicos relativos às figuras parentais, fazendo com que o jovem ligue-se a outras figuras do ambiente externo. Entretanto, não o faz de forma isolada. Para isso, conta com o grupo de iguais. De acordo com Viñar (2010), as tribos cobrem e povoam o território que ficou disponível com o desinvestimento das figuras endogâmicas, e, a partir da identificação com seus pares, o jovem vai construindo sua identidade. Levando em consideração toda a instabilidade da configuração familiar e a escassez de modelos identificatórios do cenário familiar, é no bando e suas condutas transgressivas que os adolescentes encontram uma possibilidade de constituição de sua identidade, buscando, assim, um jeito de ser e uma maneira de se relacionar. Apresenta-se aí uma brecha para o adolescente se envolver em situações de risco.

O desamparo vivido nas relações iniciais se atualiza no presente, aprisionando o adolescente a encontros marcados pelo descuido. Destacam-se a referência de bem-estar, a sensação de poder no pertencimento ao grupo e a identificação com o modo de ser e agir de seus integrantes, na fala de Luciano:

“Tinha várias gurizadas. Só pedi pra entrar, e deu pra entrar. Cada vez que nós temos, nós temos cento e dez ‘nego’, nós temos é cento e dez ‘cabeça’, nós temos cento e dez gurizadas. Daí nós peguemo, viemo aqui pra Porto, daí começamos a brigar. E antes nós larguemo um risco aqui em Porto ainda, pichemo um muro aí... Ah, eu me sinto tri bala (risos)... Porque, ah, eu não sei, eu acho o jeito de ser de bonde ‘bala’, o jeito, sei lá, assim... E tudo mundo sai de galera ou, senão, quando nós saímos de a pé, nós saímos entre uns cem, cento e dez, por aí. Bah, fecha toda a rua. Quando nós, quando nós quer que, quando nós tamo, assim, na rua, assim, fecha toda a rua, os carros quer passar e nós não quer, nós não deixa os carros passar, os carros dá a ré de novo. É bala... Pode ver, todos os guris de bonde com boné na cara, correntinha, com piercing.” (Luciano)

Bertol e Souza (2008) salientam que a condição de conflito com a lei pode estar a serviço de um ideal social fálico, que associa o masculino ao poder. Assim, o envolvimento em episódios de contravenção pode corresponder a uma busca do jovem no sentido de provar, para si mesmo e para os outros, a sua masculinidade, ainda que por meio de seus atos coloque em risco a própria vida. Steffen (2006) salienta que, no contexto de conflito com a lei, as falhas narcísicas estabelecem dificuldades de estabelecer um ideal, ou seja, frente a todo o cenário de privações, não há nesses jovens a perspectiva um futuro regido por forças de Eros. A autora acrescenta, ainda, que o quadro se agrava com as escassas possibilidades externas, que não oferecem modelos identificatórios qualificados nos quais os jovens possam se amparar. Nesse sentido, a frágil vivência de eu ideal na instauração do narcisismo, necessária para a passagem ao ideal de eu, acarreta prejuízos na construção de ideais. Além disso, as carências na qualidade de enunciados identificatórios fomentam a despreocupação consigo mesmos, acarretando em situações de extremo risco. Luciano e Marcelo narram situações de conflito com a lei e os riscos aos quais ficam expostos:

“Nós pegamos, fechamos com eles e já grudou pau, os nego já pegavam bicicleta e já tocava. Num bonde o cara pega tudo o que tem e não tem piedade. Pega bicicleta. Depois quando se fecha com outro bonde, todo mundo larga a bicicleta e sai bicicleta voando, é tijolo, é tudo o que tiver pela frente. Tu não tem noção de briga de bonde. (...) Primeiro, assim, o neguinho do nosso bonde, pegou a bicicleta dele sentou...bah, deu nos dente do guri, o guri voltou com tudo pra trás. E a brigada voltou e começou o pau. Até com a brigada, até a brigada foi pro pau... não teve tempo nem de chamar reforço... começaram a pisar no brigadiano, daí o outro já tentou puxar a arma e já veio outro por trás e já deu um pescoção nele... Largou a arma da areia, assim, caiu a arma na areia, do policial, e já começaram a brigar.”
(Luciano)

“E ficaram ameaçando o cara de morte, sabe? ‘Ah, que se eu quiser eu mando matar vocês daqui a dois dias, não sei o que’. ‘Tá tudo bem, é contigo’, eu falava pra ele. ‘Tu que sabe’... O segurança ficou ameaçando nós. Daí eu falei: ‘a meu, tu que sabe. Tua cabeça é teu guia.’ Eles ficavam mais brabo ainda e davam...eu tomei com um pedaço de ferro aqui no meu joelho [bate com a mão no joelho]. Tá inchado.”
(Marcelo)

O ideal de ego é, para Freud (1933/1996), um veículo pelo qual o ego se avalia e se estimula, sendo o “precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía” (p. 70). Para Hornstein (2008), o ideal do ego constrói-se a partir da renúncia à satisfação imediata e do reconhecimento da existência do outro. Nesse sentido, o ideal de ego é uma instância fundamental na construção e complexização do psiquismo, o qual resulta da convergência do investimento narcísico dos pais e de um processo de identificações. Para que o ego tenha um ideal, é fundamental que ele tenha sido investido como ideal no momento da díade. Momento este que trata de uma ilusão de completude, mas de uma ilusão necessária na história dos investimentos dos quais o eu foi tomado como objeto a ser investido pelo outro.

A constituição do ideal de ego está diretamente relacionada à formação do superego, instância que corresponde às possibilidades de internalização de leis e regras sociais. A entrada da figura paterna marca um rompimento em relação à díade, permitindo à criança perceber que não tem um lugar absoluto em relação ao desejo da mãe (Lara, 2008). Dessa forma, a criança deixa de rivalizar com o pai pelo amor da mãe para identificar-se com ele,

havendo a “dessexualização dos desejos destinados ao objeto de amor, pela inibição da agressividade, e pelo deslocamento libidinal para objetos exogâmicos” (Hornstein, 1989, p. 186). A constituição do superego acontece a partir da internalização de regras e valores sociais e é a instância psíquica encarregada de realizar a contenção interna. A formação da instância superegoica dar-se-á por meio de um processo em que estão envolvidas questões identificatórias e de constituição de um ideal de ego (Freud, 1923/1996). O superego, dessa maneira, é o sedimento não apenas da influência direta das figuras parentais, mas, também, das exigências do respectivo ambiente social. Salienta-se, a partir do exposto, a importância da qualidade do experienciado na relação com os cuidadores, uma vez que o efeito no psiquismo da criança decorrente da função paterna exercida pelos adultos tem importante papel no processo de inserção do sujeito na cultura.

Estudo realizado por Sena, Machado e Coelho (2006) estabelece ligações entre a juventude que comete atos infracionais e a ausência da figura paterna, como representação de limites e de valores culturalmente aceitáveis. Assim, a precariedade nos cuidados abrange a falta de qualidade nos primeiros encontros e, segundo os autores, ela se refere não só ao investimento amoroso, mas também ao que diz respeito à falha na imposição de limites. Tal constatação fica bem ilustrada pelas entrevistas realizadas neste estudo, nas quais vêm à tona relatos sobre um ambiente familiar marcado por grande instabilidade em relação ao estabelecimento de laços de afeto e por inexistência ou enfraquecimento da força da autoridade parental. Esses aspectos ficam evidentes nos sentidos atribuídos pelos adolescentes à contravenção, fazendo com que, por vezes, não seja percebida por eles como tal, o que denota a fragilidade do processo do reconhecimento da urgência do limite como cuidado e da internalização de valores morais. Nas falas de Marcelo e Luciano, a contravenção é concebida como um trabalho e uma possibilidade de garantia de qualidade de vida e de reconhecimento social:

“Por noite, os guris de bonde conseguem mais, cada um, assim, consegue mais que mil conto numa noite....Cada um tem um trabalho lá. Cada um sai pra se arruma, mas, tipo, nós sai, tipo, quando nós sai de, quando nós, tipo, quando nós pega uma vítima na rua, nós não dividimos entre todo mundo, nós, tipo, vai pegar uma vítima, ali entre dois, só os dois vão ganhar né. E também que não vão repartir todo entre o bonde, cada um faz o seu coisa, mas... é, cada um convida o outro.” (Luciano)

“Às vezes, muito foi pra ajudar a família. Viver, tipo, viver pro resto da vida bem, sabe. Só isso.” (Marcelo)

O mesmo prejuízo relativo aos recursos internos correspondentes à atribuição de legitimidade aos valores sociais é manifestado na percepção dos jovens no que diz respeito à constatação e percepção dos efeitos do seu ato infracional. Ainda que percebam e reconheçam as consequências de contravenções, há uma confusão moral na qual o ato infracional é referido como uma conduta possível e aceitável para o sujeito. Marcelo considera que o ato infracional dá errado quando leva à prisão, André é indiferente frente à possibilidade de receber a aplicação de uma Medida Socioeducativa que implique em privação de sua liberdade, e a noção de limite para Luciano inclui a situação de infração:

“Porque não adianta assim, tipo, uma hora tu vai ser preso. Não adianta! Vá que eu nunca fiz isso. Vá que eu vou e dá errado?” (Marcelo)

“Se fosse a terceira [refere-se à ocorrência] eu já estaria na FASE. O comum é. O normal é da próxima vez agora tu vai preso. Ah se eu for cair, caiu né, normal. Não vai demorar muito e eu vou ta na rua.” (André)

“Ah, fiquei com 155 [ocorrência por roubo sem porte de arma]. Agora eu tô com uma ocorrência de 155, e mais uma ocorrência que eu já tinha, mais outra, bah, tá louco. Três ocorrências já é o limite, tá louco.” (Luciano)

Cabe uma reflexão a respeito das formas com as quais a Justiça lida com o ato infracional de adolescentes que cometem algum tipo de delito. De acordo com o artigo 122, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil - Lei Federal 8.069, 1990) prevê, para os jovens que infringem a lei, a prestação das seguintes Medidas Socioeducativas: I) Advertência; II) Obrigação de Reparar o Dano; III) Prestação de Serviços Comunitários; IV) Liberdade Assistida; V) Inserção em Regime de Semiliberdade; e VI) Internação em Estabelecimento

Educacional. A ideia é de que, com essas medidas, o adolescente sinta-se responsável por seus atos, considerando a situação peculiar de se tratar de uma pessoa em desenvolvimento. Levando em conta que a intenção do Poder Judiciário seja promover uma experiência de responsabilização a partir da imposição de limites, surgem inquietações acerca de como se dá o encontro do adolescente com a justiça. No campo dessa temática, apresenta-se a terceira categoria final, intitulada *Desconfiança no encontro com a justiça e o limite*, a qual derivou das categorias iniciais e intermediárias expostas no quadro a seguir:

Quadro 4. Dados referentes à categoria final 3

Indiferença em relação ao encontro com a justiça	O encontro com a justiça e com os limites	Desconfiança no encontro com a justiça e o limite
Encontro com a justiça como uma vivência negativa		
Sentidos atribuídos à Medida Socioeducativa		
Desprazer e desconfiança em relação a figuras de autoridade	Sentimentos nas relações marcadas pela lei ou pela noção de limite	
Omissão de fatos e tentativas de mentir para figuras representantes de limite		

A fragilidade referente à concepção da noção de limites é inquestionável quando se trata de adolescentes que, por terem cometido um ato que excede os limites impostos pela lei, respondem a processos na justiça. Em “O Mal Estar na Civilização”, Freud (1930/1996) salienta que, para a constituição do processo civilizatório, a liberdade do indivíduo, no que se refere às expressões das pulsões agressivas e sexuais, deverá ser restringida. Isso quer dizer que há uma incompatibilidade entre a preponderância da individualidade e a vida em sociedade. Nesse sentido, a justiça, como constituinte das normas civilizatórias, fica encarregada de exigir a restrição da inibição da pulsão quanto à sua finalidade, desviando sua energia para atividades em prol da coletividade (Freud 1930/1996). Considerando-se a relação entre o sujeito e o processo da cultura, pode-se afirmar que o “natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização” (Freud, 1930/1996, p.145). No que diz respeito às ideias de Freud, é possível considerar que as leis sociais têm por objetivo normatizar as

condutas dos seres humanos, favorecendo o direcionamento pulsional para atividades socialmente aceitáveis, como o trabalho, as artes, atividades intelectuais e os relacionamentos afetivos.

A partir do exposto, considera-se que, desde as origens, os sujeitos estão submetidos a normas sociais que foram organizadas, agrupadas e sistematizadas, passando a compor os códigos de comportamento – as Leis. A Psicanálise conta com uma gama de aportes teóricos que sustentam a compreensão das modalidades de internalização e de inscrição da lei no aparelho psíquico.

Trata-se, portanto, de explicitar qual a ideia representativa de lei para a Psicanálise. De acordo com essa teoria, é a partir da constituição de uma instância superegoica que se instalam as proibições, os tabus e os anseios internos no psiquismo (Hornstein, 2008). A formação do superego, como representante internalizado das leis de uma cultura, está estreitamente vinculada ao processo identificatório, isto é, a consciência moral na criança está de acordo com a de seus cuidadores ou seus substitutos (Hornstein, 2008). O superego impõe o reconhecimento daquilo que é da ordem da falta e da castração, resultando em um movimento de interdição à livre expressão pulsional. Dessa maneira, a lei imposta pelos cuidadores faz com que o semelhante seja reconhecido como diferente e, na medida em que a diferença impõe a constituição do limite entre o eu e o não eu, a constatação da lei passa a ter um atributo de organização e representação do significado do cuidado. Logo, a internalização da lei inaugura o sujeito no campo da diferença, possibilitando o reconhecimento do valor de si mesmo e o acesso à alteridade.

Cabe salientar que a própria sociedade contemporânea demanda ideais de busca pelo prazer pleno, havendo pouco espaço para registros e atribuição de valor à proibição e ao limite. Segundo Levy (2007), há na contemporaneidade “um borramento dos limites que instaura uma desorientação ética e moral” (p. 370). Esta característica da sociedade atual

contribui ainda mais para que o crescimento dos jovens ocorra na ausência de proibições e de modelos que representem a figura paterna. Como resultado, instaura-se a norma da falta de proibição, já que há o desconhecimento do não do interdito (Conte & Hausen, 2009). Assim, busca-se incessantemente a possibilidade de livre expressão da pulsão e tais condições levam, muitas vezes, à ocorrência de expressões sem mediação da palavra, fazendo com que a tensão seja descarregada a partir da violência da ação.

Constatou-se que as histórias de vida dos adolescentes participantes deste estudo foram marcadas pelo descuido, o qual não se restringe a aspectos narcísicos, mas também inclui a fragilidade e precariedade na apresentação das noções de limites (em relação a si mesmo e ao outro), os quais muitas vezes surgiam distorcidos mediante imposições de violência. Como consequência, há sérias fragilidades na instauração da lei interna, o que pode ser notado através da aparente indiferença dos adolescentes quanto à audiência relativa ao processo pelo qual respondem em função da acusação de envolvimento em ato infracional. Destaca-se que a apreensão em relação à possibilidade de serem privados de liberdade parece ser o motivo de preocupação principal, não havendo desconforto em relação ao ato cometido e suas consequências perante o outro. Em não se estabelecendo a privação da liberdade, a sensação dos adolescentes após a audiência era de alívio. Percebem-se esses aspectos nas falas de André e Luciano:

“Normal. Normal como quase todas [audiências] são; igual como todas são. Pensei que eu ia ir preso.” (André)

“Da audiência... ah, eu me senti feliz, que eu não fui, que eu não vou, eu não vou ir pro, pra, pro abrigo. Me senti bem.” (Luciano)

Ainda que a maioria dos participantes tenha se mostrado indiferente em relação às audiências na justiça, um deles relatou sentimentos ruins que o afligiram ao ser interrogado. O incômodo de Marcelo, porém, parecia não corresponder ao arrependimento pelo ato cometido, mas sim aos insistentes questionamentos feitos por juízes e promotores a respeito

dos motivos que o levaram a cometer tal ato. O que parecia incomodá-lo era exatamente a exigência de refletir sobre seu ato e de exercitar algo que parecia não ser habitual, ou seja, o pensar sobre si mesmo.

“A audiência não é bom. Porque eles ficam ali te trituram. Te perguntando: ‘ah, porque tu fez isso, não fez isso’... Ali é: o que tu fez, ou não fez. Daí é ruim. Mesmo o cara tando certo que não fez, eles, sabe, tipo, eles querem saber, tipo, querendo dizer, eles fazem tu dizer que tu fez, sabe? Só que tipo, eles começam a fazer muita pergunta e coisa.” (Marcelo)

As entrevistas também viabilizaram conhecer a opinião dos jovens sobre as Medidas Socioeducativas que lhes são imputadas. Eles destacaram aspectos positivos das Medidas cumpridas, os quais se referem à experiência diferenciada de relações marcadas por conversa e troca, e à aprendizagem de tarefas laborais, possibilitando tanto um contato com a tecnologia (computador), quanto um envolvimento em um ambiente de responsabilidades a serem cumpridas. Por mais breve que seja o tempo da duração das Medidas Socioeducativas, elas parecem propiciar aos jovens uma outra vivência no sentido de vínculos de qualidade a partir da atenção que lhes é dada por alguém. No entanto, como mostra Marcelo, o que prevalece é a insuficiência do tempo dessa experiência, que remete à rejeição. Esse aspecto mostra justamente o quanto os adolescentes necessitam de cuidado e amparo, até mesmo mais do que de uma ação direcionada ao comportamento e a medidas endereçadas ao controle e a repressão.

“Aí eu to cumprindo. Todas quinta-feira... Indo lá conversar com a assistente social.” (Fábio)

“Fiz serviço comunitário. Lá no Fórum. No fórum eu até gostei, ficava no computador. Daí eu me dei, bah, me dei tri bem com a Doutora. No Fórum. Daí eu levava papel em uma sala e na outra. Ficava no computador... Mas por mim, cheguei a falar pra ela, bah por mim, eu queria continuar. Achava legal, tudo. Ficava com ela lá. Aí eu: ‘bah, por mim eu fico bem mais’. Só que daí era só quatro semana. Um mês.” (Marcelo)

Pode-se constatar que as falhas na internalização das leis originam sentimentos de desconfiança nas relações marcadas pela noção de limites. Nas entrevistas, os relatos dos

adolescentes estavam permeados de omissões e mentiras ou de tentativas de distorcer seu envolvimento com situações de atos infracionais ou de alterar informações que acarretam maior sofrimento pessoal. Revelam, a partir das confusões presentes nas relações que representam o limite, a sua desordem interna no que tange às leis, regras e valores. Luciano apresentou um discurso permeado de contradições quanto a pertencer ainda a um agrupamento que provoca brigas e roubos na rua. Já Marcelo, a partir do depoimento abaixo, comenta sobre a tentativa de não falar a verdade na audiência, explicitando algo que também ocorreu no momento das entrevistas:

“Ah, eu penso assim ó: que a vida de bonde já passou e já era, a vida de bonde é passado já. Não existe mais bonde, pra mim não existe mais... E quando nós [integrantes do bonde] tamos fugindo da brigada, assim, da militar, da brigada civil, nós tudo se espalha e pula muro, e um já pula pra casa do outro.” (Luciano)

“Porque tipo, eu até tentei falar que eu não tava brigando, mas aí ele [promotor] aqui falou assim: ‘o meu, tu tá me achando com cara de palhaço? Tu acha que tu vai conseguir mentir pra mim?’. (Risos).” (Marcelo)

As dificuldades frente às relações que representam os limites remetem à temática da (des)confiança. Moraes e Macedo (2011) descrevem a vivência de indiferença como resultante de um singular processo de *desencontro* primordial, ou seja, é uma experiência marcada pela incapacidade do adulto para reconhecer o direito de existir da criança. Na vivência de indiferença, o traumático corresponde ao fato de ser um encontro com o outro “no qual a criança não encontra no adulto, a quem demanda uma necessidade, condições de percepção e consideração do que representa a assimetria presente na relação” (Moraes & Macedo, p. 43). Os efeitos dessa vivência na qual a criança experimenta o excesso do desamparo, segundo salientam as autoras, atingem o psiquismo e ocasionam fraturas na noção do si mesmo, sendo que as intensidades psíquicas podem vir a encontrar no ato uma via de expressão de dor psíquica. Nessa situação, a experiência intersubjetiva ocorre com importante prejuízo instaurando fraturas nos registros de confiança. As repetidas experiências de indiferença vivenciadas no encontro com o outro aprisionam o sujeito na repetição de

situações marcadas pelo desamparo e impedem a capacidade de confiar e viver experiências diferentes de cuidado e de consideração à alteridade. Mesmo depois de nas entrevistas ter sido feito o contrato quanto ao sigilo das informações, André e Luciano mostraram-se inseguros frente ao combinado. Esta percepção de suas reações pode ser pensada como desconfiança e descrença de que possam ser cuidados e respeitados na relação com o outro. Dessa forma, se presentifica na relação estabelecida com a entrevistadora a dificuldade de acreditar no valor da palavra dada pelo outro:

“Depois de mim tu vai chamar ele? [Refere-se ao responsável do abrigo]. Quer saber como eu ganho dinheiro? [Fala em tom de voz baixo]. Mas isso aí vai ficar só pra ti mesmo. Eu trabalho de ‘michê’.” (André)

“Ah, vai saber. Contar, não pode. Tu vai divulgar, depois vai divulgar isso aí. Lógico que eu não vou divulgar uma coisa pra depois se espalhar. Tá doido, bah.” (Luciano)

Um dos aportes técnicos fundamentais da Psicanálise refere-se à transferência. A partir do conceito freudiano a respeito do fenômeno, Figueiredo (2008) o descreve como sendo o endereçamento de sentimentos, emoções e ideias ligadas a vivências precoces de maior conflito do paciente ao analista, no *setting* analítico. Conforme o autor, a tendência a “viver” e atuar em vez de recordar é o que oportuniza o surgimento do passado, ou seja, é a partir de uma *revivência* e de uma *atuação* que ele poderá, de fato, se fazer presente em uma análise. A relação transferencial é ferramenta-chave no acesso à história do sujeito e na busca de subsídios que permitam ao analista apreender o significado do que ela repete e atualiza.

Ressalta-se que o fenômeno da transferência não é exclusivo do *setting* analítico, estando presente também em outros contextos das relações humanas. Dessa forma, sabe-se que impulsos, afetos e defesas que organizam a dimensão do infantil no psiquismo do sujeito serão mobilizados e acionados na relação com os outros, a qual irá se configurar segundo os modelos das figuras mais significativas do seu passado afetivo (Figueiredo, 2008).

A partir da proposta do autor de a transferência ser um fenômeno humano, as entrevistas realizadas permitiram a identificação de aspectos transferenciais dos participantes em relação à entrevistadora, no sentido de essa situação também promover a vigência da repetição de suas histórias infantis. André mostra em sua fala o padrão de relação estabelecido com os objetos, evidenciando “confiar” em alguém que não se apresenta, para ele, como um outro de confiança. Ele questiona o contrato de sigilo e, mesmo assim, revela importantes informações à pesquisadora. Trata-se de confiar ou de dar condições para que o mau-trato se repita? Já em Luciano o impedimento de compartilhar algo se faz evidente. A ideia de não privacidade é a lógica imperante. Seu receio é de que não ocorra diferença entre o espaço público e privado para a entrevistadora. Nesse receio, fala o que não existe nele. Sua participação no bonde parece ter “borrado” o reconhecimento da condição do privado. Pode-se pensar que o que os adolescentes repetem é justamente a experiência da dor relacionada às difíceis vivências infantis e, nesse sentido, entende-se a necessidade de um acolhimento e de uma escuta respeitosa àquilo que eles transmitem via repetição.

Estrutura-se, neste contexto, a quarta e última categoria final, a qual derivou das categorias iniciais e intermediárias expostas no quadro abaixo e foi denominada ***Dor e esperança no campo intersubjetivo***. Essa categoria remete não só aos efeitos do traumático encontro com o outro que marcou as experiências no campo intersubjetivo, como também aborda as possibilidades de estabelecimento de novos vínculos no decorrer da vida dos participantes do estudo.

Quadro 5. Dados referentes à categoria final 4

Associação entre violência e fuga de casa ou do abrigo	Prejuízos nas relações decorrentes do traumático encontro com o outro	Dor e esperança no campo intersubjetivo
Dificuldade de aceitar ajuda quando lhe oferecem		
Associação da função parental com o ganho de bens materiais		
Desvalor atribuído a figuras de autoridade		
Vivência positiva com outros familiares	Vínculos substituindo cuidados parentais e possibilitando experiência de responsabilização	
Construção de novos vínculos no abrigo		
Importância de vínculos fraternos		
Experiência de responsabilização com irmãos		
Importância e influência dos vínculos de amizade		

Observam-se sérios prejuízos nas relações dos adolescentes entrevistados que envolvem dificuldades em estabelecer com o outro uma vivência de afeto e confiança. Rother Hornstein (2006) disserta sobre os drásticos destinos no campo intersubjetivo em casos de adolescentes que vivenciaram carências ou violências no encontro com os objetos nos primórdios da constituição psíquica. Para a autora, o fato de os jovens repetirem ao longo da vida formas de se relacionarem que tendem a finais traumáticos contribui para a confirmação de que, a cada novo encontro, serão rechaçados ou denegridos pelo outro. Ao mesmo tempo em que talvez desejem estabelecer novas modalidades de vínculos com os objetos, os adolescentes são acometidos pelo temor de reviverem o descuido e a violência já experienciados. André tem dificuldades em aceitar ajuda da tia que lhe oferece moradia:

“Minha mãe que me deixava com os guris quando ela fumava pedra. Não é fácil. A única que me ajuda é a minha tia, de vez em quando, mas me ajuda... Ah, ela dizia pra eu ficar na casa do meu tio, do meu primo lá, quando foi vê, eu não fui lá pegar a chave, daí eu fiquei na rua. Porque eu quis também né?” (André)

Já Marcelo revela os comprometimentos no campo intersubjetivo por meio da desvalorização da autoridade da avó, persistindo na ideia de abandonar seus estudos. Apesar dos constantes incentivos por parte dela para que siga na escola, o adolescente opta por interromper o ano letivo escolar:

“Daí a diretora ligou pra minha avó e falou isso. Aí ela: ‘ah, porque tu não tá indo na aula?’. E eu: ‘ah, porque eu não to com vontade’. Tem umas pessoas que não gostam. E eu também não. Esse ano eu não to afim de estudar. Aí ela conversou comigo tudo, mas mesmo assim...” (Marcelo)

Os prejuízos nas relações intersubjetivas conduzem a importantes questionamentos acerca da relevância da trajetória identificatória nessa etapa da vida e dos modelos de identificação que os jovens tomam como referência no processo de consolidação de suas identidades. De acordo com Uriarte (2010), a identificação alude a um processo mediante o qual um sujeito assimila um aspecto ou um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, a partir desse modelo. A autora refere que o sujeito se constitui e se diferencia mediante identificações que estão na gênese do eu. Na adolescência há tanto a ressignificação das identificações originárias quanto o encontro com outros modelos de identificação. Consta-se, no caso de André e Marcelo, o peso das experiências anteriores, impedindo o acesso à condição de cuidado ofertada por outros significativos em suas histórias de vida.

Vásquez (2010) aponta que deve haver um rompimento com os objetos e vínculos infantis, abrindo espaço para o apoio em outros objetos do mundo externo com os quais o jovem possa se identificar. O processo de apropriação da identidade, segundo a autora, deve ser um movimento circulante e subjetivante que não necessariamente se “coagula em um vínculo patológico, narcisista, que só perpetua a repetição dos vínculos primários” (p. 92). O trajeto identificatório explicita, assim, a riqueza e a complexidade da subjetivação do adolescente, abrindo caminhos para novas e distintas formas de identificação.

Nos relatos dos adolescentes entrevistados, pode-se perceber também a existência de vínculos positivos com outros familiares e cuidadores, mostrando que nem tudo é necessariamente repetição da modalidade de violência em seus vínculos. O relacionamento com avós, tios e tias, primos e monitores do abrigo mostram-se como uma possibilidade de construção e estabelecimento de outra qualidade de encontro na vida dos jovens:

“Não, não sabia também quem era o meu pai. Ah, chato. Só que sempre os meus tios tavam sempre me tratando bem... Tava sempre com os meus tios. Por isso, agora, um eu chamo de pai. Ah, boa também [a relação com o tio]. Me dava bastante... isso que eu não era, não sou filho dele. Me dá roupa. Me dá... O que eu pedir pra ele, ele me

dá. Ele me leva pra sair. Me leva pra jogar. Faz um monte de coisas comigo. Às vezes o que ele não faz pro filho dele ele faz pra mim. (Silêncio).” (Marcelo)

“Que eu queria ir lá, bah, fazia tempo que eu não via a minha tia. Eu gosto da minha prima, bah, a minha prima é muito legal. A minha prima eu, bah, adoro ela.” (Luciano)

“Foi melhorando [a vida no abrigo]. Fui fazendo mais amigos. Começava a conversar, começava a sair para jogar futebol. Daí depois eu conheci a monitora dona Susana, que agora é madrinha da minha irmã. Daí passei pra casinha dela. E lá eu comecei a me relacionar com todo mundo.” (Fábio)

A presença de algumas experiências diferenciadas em termos da qualidade afetiva parece indicar uma alternativa de abertura para outros modelos identificatórios que não o de abandono, violência e contravenção. A possibilidade de outras formas de vinculação afetiva constitui-se como alternativa para que os adolescentes possam sair das condições próprias de um viver mortífero. Nessa direção, salienta-se a importância dos vínculos fraternos que sugerem um tipo de relacionamento diferenciado para esses jovens. Além de amenizar sentimentos de solidão advindos do abandono parental, a relação com os irmãos aparece em suas falas como oportunizando uma experiência de responsabilização e de preocupação com o bem-estar dos mesmos, revelando a importância dos investimentos fraternos. Contam Fábio e André:

“Três irmãs. Uma já saiu do abrigo. A outra... aí tem duas ainda. De vez em quando eu converso com elas. Vejo como elas tão. Vê se elas tão bem. Como elas passaram o dia. E tem a minha irmã grande que eu não tenho contato... Eu só não me senti sozinho por causa das minhas irmãs.” (Fábio)

“Quem levou a minha irmã fui eu [para o abrigo]. Porque eu quis. É minha obrigação eu cuidar dos menores. É a minha obrigação cuidar dos menores. Pra mim eu acho. Pro meus irmãos eles não acham. Porque eu me importo com eles. Eu só tenho eles por mim.” (André)

Para a Psicanálise, o processo de constituição da subjetividade remete a uma construção complexa que tem seu início no encontro primevo e no estabelecimento dos primeiros laços de afeto com o outro significativo. O lugar que a criança veio ocupar na estrutura familiar, a forma como foi desejada e os significados que lhes são atribuídos por

seus genitores/cuidadores terão relevância na subjetivação. Dessa forma, promover o estabelecimento do que não foi proporcionado aos adolescentes nas suas origens, na tentativa de encontrar formas de modificação de seus rumos, é uma difícil tarefa.

Um primeiro passo nessa direção seria uma transformação na maneira de encarar o problema da adolescência em conflito com a lei. Viñar (2004), ao explorar a realidade social do Uruguai, também evidencia aspectos pertinentes na realidade social brasileira ao destacar que, no atual contexto histórico civilizado, “quando encontramos uma criança na rua sem família, vagando, consumindo, roubando para comer ou drogar-se, capturamos-a em nossa custódia protetora, em nossos discursos de saber para reabilitá-la” (p.07). Nesse sentido, o autor entende que, ao invés de ter um nome, à criança é dado apenas um diagnóstico, afirmando que “devemos inventar uma lógica menos burocrática, mais elementarmente humanizante. É uma dívida com o discurso freudiano e com a juventude do terceiro milênio” (p.07). É inquestionável a necessidade de um olhar menos superegoico em relação a essa temática e à promoção de uma compreensão que inclua e problematize os diversos e complexos fatores que geram essa situação que desconsidera a singularidade de dor psíquica.

O viés psicanalítico traz uma importante contribuição proporcionando uma *escuta* aberta àquilo que é singular nos fenômenos humanos, dando relevância ao fator psíquico envolvido nesta problemática. Altoé (2010) aponta para o papel fundamental que a Psicanálise pode exercer no trabalho institucional com adolescentes envolvidos em atos infracionais, afirmando que os seus preceitos teóricos permitem uma mudança de olhar sobre eles. Conforme a autora, esse olhar considera o jovem “não mais um corpo a ser treinado, um caráter a ser emoldurado, mas uma subjetividade” (p. 63), o qual leva em conta a sua história e o ambiente onde cresceu, lhe dando maior ou menor possibilidade de ser sujeito.

A partir do exposto, é fundamental pensar no que diz Winnicott (1956/2005) sobre a possibilidade de o ato antissocial ser um indicativo de esperança, no sentido da busca de um

outro quadro de referência fora do lar e da tentativa de reconstituição de algo de que o sujeito foi privado. O essencial nessa proposição de Winnicott é permitir que se pense o ato infracional como uma forma de denúncia quanto ao desamparo experimentado, ao mesmo tempo em que põe em evidência a necessidade de proteção dos jovens em questão. O que está em jogo na consideração da esperança subjacente ao ato é a intrínseca contrapartida do social, que deveria ir ao encontro do momento esperançoso, correspondendo a ele e oferecendo ao jovem o amparo do qual necessita. Entretanto, o autor ressalta ser constante o desperdício do caráter de esperança do ato em função de “má administração ou intolerância” (p. 139). Constatam-se, na sociedade contemporânea, sérias limitações em termos da escuta daquilo que o ato infracional demanda, uma vez que a cultura de semblantes narcisísticos exime-se de sua responsabilidade para com uma face da realidade social que foge aos ditames da performance e dos ideais. Assim, no intuito de não considerar o que o ato infracional põe à mostra, opta-se por deixar que os tribunais deem conta da situação via conduta repressora. Criam-se rótulos para os adolescentes, impedindo, sobremaneira, um exercício de cuidado frente à dor que os acomete. O resultado disso é, sem dúvida, a reprodução e incremento do desamparo e a perpetuação de uma realidade de violência.

O ato infracional configura-se como a forma possível encontrada pelos jovens de expressar o sofrimento psíquico decorrente de suas dolorosas trajetórias de vida. O ato, no entanto, mostra-se como uma precária maneira de expressão, considerando as fraturas nas possibilidades de complexização do aparelho psíquico. Acredita-se que, frente ao adolescente em conflito com a lei, há uma urgência social no sentido de promover um acolhimento àquilo que demandam, isto é, o reconhecimento da dor presente no ato, o que requer uma postura respeitosa de cuidado e consideração ao sujeito que o produz. É imperioso que esses jovens tenham acesso às condições de criar palavras para nomear estas intensidades psíquicas. Dando-lhes voz, abre-se a oportunidade para novas formas de expressão nas quais o ato não

precise mais ocupar um lugar único ou de primazia. Trata-se de promover um registro no qual apareça o sujeito através da palavra. Dessa forma, o cuidado oferecido ocorre no sentido de proteção, ou seja, *proteger a ação*, historizando-a, transformando-a através da linguagem e promovendo o acesso a recursos que deem sentido ao experimentado.

Enfatizar a relevância das experiências intersubjetivas e do contexto social em que estão inseridas contribui para que associações simplistas que acabam por banalizar fenômenos tão assustadores, como os atos transgressivos na adolescência, sejam substituídas por uma análise mais ampla (Andrade & Bezerra, 2009). É nessa direção que se pode pensar no papel relevante da escuta e da reflexão sobre o fenômeno do adolescente em conflito com a lei, indo além do ato por si só, levando em conta o sujeito que o produz. O exercício de escutar sem rotular abre espaço para que se possa, a partir de suas histórias de vida, encontrar elementos que contribuam para o entendimento do seu ato como expressão de dor, e, dessa forma, propor intervenções que considerem o sujeito e não apenas a extinção de um ato que transgride a lei. Essa consideração é fundamental para o surgimento de um horizonte de ação mais fértil frente ao jovem em conflito com a lei. Tomando a ideia do psiquismo como um sistema aberto e sujeito a constantes rearranjos, e apoiando-se na visão da adolescência como um tempo de ressignificações, elaborações e, sobretudo, de transformações, a experiência de modalidades de escuta no campo intersubjetivo pode inaugurar novas formas de encontro para que se possa, partindo da sua condição de juventude, abrir portas para um novo devir.

Considerações Finais

Esta seção empírica se propôs a uma reflexão acerca da situação referente à adolescência em conflito com a lei. Para tal, buscou-se conhecer, por meio de entrevistas, a perspectiva dos adolescentes a respeito da própria história de vida e dos significados atribuídos por eles aos atos infracionais cometidos. O contexto do jovem envolvido em atos

transgressivos é abordado sob o olhar de diversas áreas da ciência e, por esse motivo, a Psicanálise não pode deixar de contribuir através da promoção de um debate amplo e profundo sobre os aspectos psíquicos vinculados à ocorrência de atos infracionais no processo do adolecer.

O termo *adolescente em conflito com a lei* evidencia um jovem cujo comportamento não está de acordo com as Leis. O olhar para o ato por si só pode gerar um entendimento superficial do fenômeno, desconsiderando a singularidade do sujeito que o pratica, reproduzindo as condições de desamparo experimentado em suas vidas. A Psicanálise oferece uma profunda e respeitável leitura dessa temática, ao desvelar aspectos singulares relacionados à história de vida dos jovens envolvidos em atos infracionais, podendo assim, colaborar com um entendimento do que está por trás do comportamento em si. Assim, a teoria psicanalítica apresenta-se como um recurso de reflexão e intervenção que viabiliza um entendimento de aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos implicados nesta problemática, bem como uma ferramenta de escuta para a dor psíquica expressa nos atos infracionais.

As quatro categorias resultantes da análise dos dados encontrados neste estudo tornam possível identificar, na história de vida dos jovens, vivências recorrentes de extremo descuido e violência no encontro com as figuras parentais, gerando intensa fragilidade no estabelecimento de laços de afeto com os mesmos. Verificou-se que as drásticas consequências deste quadro de desestruturação no ambiente familiar foram decorrentes da desorganização emocional e de precárias condições de exercer o cuidado por parte dos próprios cuidadores. Percebe-se que as impossibilidades dos pais/cuidadores no exercício do cuidado para/com os filhos tem relação direta com a condição desamparo na qual aqueles também se encontram. Considerando este um ciclo de descuido que se repete entre as gerações questiona-se: Que condições terão para o exercício das situações próprias da vida adulta? Que modelos serão para os seus filhos e para a sociedade? Como a sociedade se vê

implicada na produção desses modelos de subjetividade marcados pela violência e pelo descuido? Trata-se de assistir de forma passiva mais uma etapa de repetição no ciclo dos dramáticos efeitos psíquicos, sociais e econômicos decorrentes da vigência do desamparo e da violência?

Indubitavelmente a vida dos adolescentes entrevistados foi marcada pelo descuido que abrange a falta de qualidade dos primeiros encontros com os pais/cuidadores, não só no que se refere ao investimento amoroso, mas também no que concerne à imposição de limites, como inscrição simbólica representante da experiência de ter sido objeto do cuidado por parte de outro. Dessa forma, pode-se fazer um questionamento acerca do termo *adolescente em conflito com a lei*, no sentido de pensar se ele comporta toda a complexidade que está subjacente ao ato. Afirmar que o jovem apresenta uma conflitiva em relação à lei depende do ponto de vista de quem assim o nomeia, devendo ser alguém cujo aparelho psíquico comporta a internalização de valores e regras sociais. Entretanto, ficou evidente que, quando se leva em conta a história de vida desses jovens, não há como assegurar que há um *conflito na modalidade de um questionamento à Lei*. O “conflito”, aqui, parece referir-se à não existência de condições intrapsíquicas que permitiriam atribuir à Lei um valor de proteção ao si mesmo e ao outro. Nessa linha de raciocínio, *o adolescente em conflito com a lei* denuncia também o descuido da lei para com ele, ou seja, as figuras representativas da lei também não exerceram junto a ele suas funções de cuidado e proteção. Como consequência deste precário encontro com o representante da Lei, resulta a fragilidade de atribuição à experiência de ser confrontado com limites, uma condição de proteção.

Os achados deste estudo, bem como a discussão proposta nesta pesquisa não pretendem esgotar a investigação sobre a condição da adolescência em conflito com a lei, uma vez que, ao contrário, reafirmam a complexidade desse fenômeno e a necessidade de seguir investigando a diversidade de fatores nele implicados. As leituras realizadas e o

trabalho com o material obtido nas entrevistas permitem afirmar estas diversas facetas da temática e, portanto, explicitam a necessária continuidade em busca de aprofundamento. Este estudo abarcou uma população específica, situada na cidade de Porto Alegre, portanto, trata-se de um recorte de uma realidade que atinge jovens de todo o país. Mesmo assim, salienta-se que os dados obtidos junto aos quatro adolescentes permitiram constatar a gravidade desse fenômeno que tem como ponto de partida a dramática história de vida que eles têm para contar.

Sem desconsiderar aspectos próprios à singularidade das experiências destes participantes do estudo, as histórias relatadas por André, Fábio, Luciano e Marcelo desvelam as origens da dor expressa por meio de atos que irrompem e denunciam as precárias condições do si mesmo, permitindo ampliar esta compreensão a outras situações de adolescentes em situação de conflito com a lei. O silêncio, a desconfiança e a confusão nas formas de expressão verbal que marcaram as entrevistas mostram o quanto, para eles, a palavra ainda não se sustenta como recurso que dê conta do que têm para expor. Frente à fragilidade que os acompanha, torna-se imprescindível buscar formas para que os adolescentes possam recorrer a outras maneiras de expressão que não somente ao ato. A necessidade de oportunizar um espaço de escuta e de acolhimento que pode ocorrer desde o *setting* terapêutico, até mesmo dentro de instituições judiciárias, educacionais, entre outras, impõe-se sem possibilidades de adiamento. Oferecer ao jovem espaços de experiência nos quais seu valor como sujeito se imponha cria condições de efetivamente protegê-lo de sua própria ação destrutiva. Ao ser escutado em seu ato, o adolescente pode habitar o campo da dor de forma diferenciada, usando a fala como um recurso para expor o seu sentir. Nessa direção, pode-se pensar na viabilidade de um processo que almeje à construção de recursos e que passe, impreterivelmente, pelo reconhecimento e pela atenção ao sujeito que produz um ato de dor no cenário do conflito com a lei.

Referências

- Altoé, S. (2010). A Psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In S. Altoé (Org.), *Sujeito do direito, sujeito do desejo* (pp.59-68). (3ª ed.). Rio de Janeiro: Revinter.
- Andrade, E.V. & Bezerra, B. (2009). Uma reflexão acerca da prevenção da violência a partir de um estudo sobre a agressividade humana. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 2, 445-453.
- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bertol, C. & Souza, M. (2008). Adolescentes em conflito com a lei? Leituras sobre identidade, sexualidade, corpo e práticas pedagógicas institucionais. In *Seminário Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*, UFSC, 8. Acesso em 16 de outubro de 2011, disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST43/Bertol-Souza_43.pdf.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bleichmar, H. (1985). *O narcisismo: estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente*. Porto Alegre: Ledur.
- Brasil. (1990). *Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*. Porto Alegre, CEDICA, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Cardoso, M. R. (2001). Adolescência e violência: uma questão de “fronteiras”? In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: reflexões psicanalíticas* (pp. 41-53). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Conte, B.S. & Hausen, D.C. (2009). Pathos, o assujeitamento quando falta a lei. *Textura*, 8, 9-13.
- Dahlberg, L.L. & Krug, E. G. (2003). La violencia, un problema mundial de salud pública. In E.G. Krug, L.L. Dahlberg, J.A. Mercy, A.B. Zwi, & R. Lozano (Orgs.), *Informe mundial*

sobre la violencia y la salud (pp. 2-23). Washignton: Organización Panamericana de la Salud.

Diefenthaeler, E.C. (2008). Vítima e trauma psíquico. In A.C.M. Coltro & D.E. Zimerman (Orgs.), *Aspectos psicológicos na prática jurídica* (pp. 608-632). (2ª ed.). Campinas: Millennium.

Figueiredo, L.C. (2008). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

Flechner, S. (2003). De agressividad y violencia en la adolescência. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 98, 163-183.

Freud, S. (1895/1996). Projeto para uma psicologia científica. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol.1, pp.381-511). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1914/1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol.14, pp.77-108). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1920/1996). Além do princípio de prazer. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 13-75). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1923/1996). O ego e o id. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp.15-77). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1930/1996). O mal estar na civilização. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp.75-171). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1933/1996). Conferência XXXI. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp.63-84). Rio de Janeiro: Imago.
- Hack, S. M. (2008). *Deprivação e tendência antissocial no adolescente face ao divórcio parental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Hornstein, L. (1989). *Introdução à Psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Hornstein, L. (2003). *Intersubjetividad y clínica*. Buenos Aires: Paidós.
- Hornstein, L. (2008). *As depressões: afetos e humores do viver*. São Paulo: Via Lettera.
- Lara, L. (2008). Neuroses: da tragédia “Édipo Rei” aos Édipos e suas tragédias. In E. Braga & L. Lara (Orgs.), *Escuta analítica: inícios de uma prática* (pp. 77-90). Porto Alegre: SIG.
- Levy, R. (2007). Adolescencia: el reordenamiento simbólico, el mirar y el equilibrio narcisístico. *Psicoanálisis*, 29(2), 363-375.
- Macedo, M.M.K. & Falcão, C.N.B. (2005). A escuta da Psicanálise e a Psicanálise da escuta. *Psyquê*, 15, 65-76.
- Macedo, M.M.K., Fin, J.N., Tomasi, L.O., Refosco, L.L., & Iensen, S. (2010). Delinquência e adolescência: reflexões psicanalíticas. In M.M.K. Macedo (Org.), *Adolescência e Psicanálise: intersecções possíveis* (pp. 187-202). Porto Alegre: Edipucrs.
- Macedo, M.M.K. & Werlang, B.S.G. (2010). Desamparo e desesperança: risco ao si mesmo na adolescência. In M.M.K. Macedo (Org.), *Adolescência e Psicanálise: intersecções possíveis* (pp. 165-183). Porto Alegre: Edipucrs.
- Mayer, H. (2010). *Drogas: hijos em peligro. Caminos que acercan y alejan de la adicción*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Educação*, 37(22), 7-32.

- Moraes, E.G. & Macedo, M.M.K. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo.
- Penot, B. (2005). *A paixão do sujeito freudiano: entre pulsionalidade e significância*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Refosco, L.L., Tomasi, L.O., Silva, C.M., Fin, J. N., Macedo, M. M. K. (2011). Adolescência e lei: conflitivas singulares. In M.M.K. Macedo & B.S.G. Werlang (Orgs.), *Psicanálise e universidade: reflexões no cenário da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Rother Hornstein, M.C. (2006). Identidades borrosas. In M.C. Rother Hornstein (Org.), *Adolescencias: trayectorias turbulentas* (pp. 231-248). Buenos Aires: Paidós.
- Savietto, B. B. & Cardoso, M. R. (2006). Adolescência: ato e atualidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6, 15-43.
- Sena, I. J., Machado, T. R., & Coelho, M. T. (2006). A delinquência juvenil e suas relações com a função paterna. In *Seminário estudantil de produção acadêmica, UNIFACS*, 10, 1. Acesso em 16 de outubro de 2011, disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewArticle/48>.
- Steffen, M. (2006). Delinquência: privação, trauma e passagem ao ato. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 188, 82-86.
- Uriarte, C. (2010). La resignificación de las identificaciones en la adolescencia. In S. Flechner (Org.), *Psicoanálisis y adolescencia: dos temporalidades que se interpelan* (pp. 95- 104). Buenos Aires: Psicolibros ediciones.
- Vázquez, S. G. (2010). Adolescencia, violencia y subjetivación. In S. Flechner (Org.), *Psicoanálisis y adolescencia: dos temporalidades que se interpelan* (pp. 85- 94). Buenos Aires: Psicolibros ediciones.
- Viñar, M. (2004). *Los niños fuera de la ley. Adolescencia desamparada e infractora en la frontera de lo psíquico y lo social*. Manuscrito não publicado.

Viñar, M. (2010). Del mundo interno y las relaciones objetales a la prioridad del outro. In S. Flechner (Org.), *Psicoanálisis y adolescencia: dos temporalidades que se interpelan* (pp. 63-83). Buenos Aires: Psicolibros ediciones.

Winnicott, D. (1956/2000). *Da pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. (1956/2005). *Privação e delinquência*. (4ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Este estudo objetivou uma reflexão sobre a adolescência em conflito com a lei, procurando compreendê-la a partir da história de vida dos adolescentes e dos sentidos atribuídos por eles aos atos cometidos. A intenção deste trabalho foi buscar um aprofundamento sobre o tema, procurando um entendimento e uma contextualização do ato a partir da escuta oferecida a estes jovens em conflito com a lei. Assim, o embasamento no referencial teórico da Psicanálise foi utilizado por priorizar a singularidade dos fenômenos humanos, contribuindo para uma visão mais humana e menos preconceituosa, como usualmente se costuma olhar para esses jovens.

A especificidade do envolvimento de jovens em atos infracionais explicita uma situação complexa que remete tanto a suas circunstâncias intrapsíquicas, quanto àquilo que se refere às condições presentes em seu entorno. É inegável que, quando se vive em um ambiente permeado por intensa violência e desamparo, ampliam-se as chances de irrupção de excessos que constituem o predomínio do traumático no psiquismo e podem levar ao ato como forma de expressão no lugar da palavra.

Entre as particularidades encontradas neste estudo, ganham relevância as intensidades psíquicas que acometem os adolescentes, desde o início de suas histórias de vida, devido ao cenário traumático que marca as experiências junto às figuras parentais. As vivências de intensidades incrementadas pelo desamparo e descuido produzem efeitos devastadores no processo de construção da noção do si mesmo e do estabelecimento de estruturas fundamentais na complexização do aparelho emocional que servirão como recursos no enfrentamento das etapas subsequentes da vida. Frente a esse dramático cenário, fica evidente que a juventude envolvida em atos infracionais expõe no ato condições de fragilidade psíquica, expressando, através dele, a dor que os acomete. Poder escutá-los

permite constatar o quanto é necessário considerá-los como sujeitos que devem ser atendidos em sua demanda de cuidado.

A partir das entrevistas realizadas, os adolescentes mostraram que, em função da gravidade de suas experiências de vida marcadas pelo predomínio do descuido, se depararam com precários modelos de identificação através dos quais pudessem constituir um sentimento de estima de si, promovendo a abertura a investimentos futuros. Nestas relações marcadas pela violência se fazia presente o extremo risco de envolvimento em atos infracionais. Acredita-se que a fragilidade de modelos identificatórios estende-se à sociedade em geral, já que características da atualidade, como o individualismo e a carência de valores familiares e éticos, atravessam os sujeitos e geram efeitos inegáveis na produção de subjetividade. Dessa forma, a sociedade como um todo tem responsabilidade para com a juventude atual, devendo implicar-se para a transformação dessa dura realidade.

O estudo realizado mostra a inegável necessidade de considerar o adolescente em conflito com a lei como um sujeito e não como um comportamento a ser adestrado e domesticado. O aumento do número de jovens envolvidos em atos infracionais denuncia que as formas atuais de conduzir o problema não se fazem eficientes no sentido de reduzir ou atenuar esta situação. Devem-se incluir formas de prevenção e intervenção que contemplem espaços para a escuta do sujeito por trás do ato violento, oferecendo a ele a condição de acesso a modalidades de expressão via palavra. Caso contrário, suas histórias de vida permanecerão adormecidas e silenciadas através da ação, e novas alternativas para a expressão de dor serão descartadas, perpetuando-se o ato como descarga de intensidades.

Ao término desta trajetória, acredita-se que, além de se produzir uma Dissertação de Mestrado, foi possível vivenciar um encontro com a singularidade de adolescentes que se dispuseram a compartilhar e narrar as suas histórias de vida, apesar das dificuldades de falar sobre ela. A experiência de poder escutar de forma cuidadosa a dor de cada um dos

participantes, os quais dividiram suas confusões e seus sofrimentos com a pesquisadora, possibilitou o oferecimento de um espaço privilegiado, e talvez único, de respeito e de acolhimento. A vontade de organizar a desordem contida em seus discursos através da escuta de suas vidas denuncia o quanto eles necessitam de auxílio e amparo a partir de experiências diferenciadas no encontro com o outro.

Cabe destacar que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar a temática da adolescência em conflito com a lei, tendo em vista a complexidade e a amplitude de fatores envolvidos nessa situação. Ao contrário, compreende-se que uma atitude reflexiva deve ser estimulada e permanecer vigente nas diversas áreas do conhecimento, sendo imperiosa uma insistente investigação que contemple as múltiplas faces de tal problemática. É fundamental romper com a lógica equivocada de uma sociedade contemporânea que exclui aqueles sujeitos que não se enquadram nos ideais de perfeição e sucesso por ela almejado, através de uma postura de responsabilização por aquilo que se produz em termos de subjetividade. Assim, seguir explorando a complexidade presente na situação da produção do ato infracional na adolescência poderá abrir portas na busca de novos destinos para a juventude atual.

ANEXOS

ANEXO A

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-023/11 Porto Alegre, 07 de janeiro de 2011.

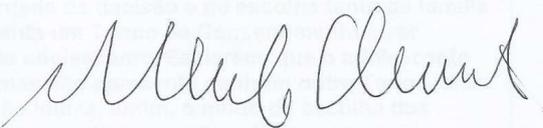
Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS avaliou seu protocolo de pesquisa intitulado **"Transgressão em ato: uma reflexão psicanalítica sobre a delinquência na adolescência"** e informa que o mesmo ficou pendente. Solicitamos responder as observações, em anexo, e qualquer modificação feita no texto do protocolo ou em outro documento deverá ser indicada com número da página e linha.

Ressaltamos que os documentos modificados devem ser encaminhados, na íntegra, com as devidas alterações.

Informamos também que sua resposta deverá ser enviada no prazo de 60 dias, conforme a Resolução CNS 196/96. Protocolos que continuarem pendentes após este período serão retirados (arquivados).

Atenciosamente,



Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Dra. Monica Medeiros Kother Macedo
FAPSI
Nesta Universidade

PUCRS Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes

Estamos solicitando a sua autorização para que possa participar desta pesquisa que tem como objetivo entender o comportamento de jovens em conflito com a lei relacionando-o com acontecimentos de suas vidas. Este estudo faz parte de uma pesquisa desenvolvida pela mestrandia Laura de Oliveira Tomasi, junto ao grupo de pesquisa Fundamentos e Intervenções em Psicanálise, coordenado pela Dra Mônica Medeiros Kother Macedo do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade Psicologia da PUCRS. Participarão do estudo adolescentes com idades entre 12 e 18 anos incompletos do sexo masculino e do sexo feminino. A partir da sua autorização e de seu responsável, você participará de uma entrevista, a qual terá duração de uma hora e meia e será gravada em áudio. As entrevistas abordarão temas referentes a aspectos pessoais, sociais e familiares. Os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados para fins de publicações científicas, mas fica preservada a conservação do sigilo quanto a sua identificação.

Informações sobre assuntos relacionados a este estudo poderão ser solicitadas através de contato com a psicóloga Laura de Oliveira Tomasi ou ainda com a Dr^a Mônica M. Kother Macedo, professora orientadora da pesquisa, pelo telefone (51) 3320-3633. Você poderá, ainda, suspender sua participação nesta pesquisa a qualquer momento, sem qualquer ônus.

Eu, _____ (nome do adolescente) fui informado(a) dos objetivos do estudo de forma clara e detalhada. Recebi as informações necessárias e esclareci minhas dúvidas, fornecendo livremente o consentimento de participação na pesquisa face às informações recebidas. Declaro ainda, que recebi uma cópia deste documento.

_____	_____
Assinatura do Adolescente	Data
_____	_____
Mônica Kother Medeiros Macedo - CRP 07/03039	Data
_____	_____
Laura de Oliveira Tomasi – CRP 07/17606	Data

ANEXO C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Responsáveis

Estamos solicitando sua autorização para que o adolescente, pelo qual você é responsável, possa participar da presente pesquisa que tem como objetivo compreender o comportamento infracional de adolescentes relacionando-o com acontecimentos de suas vidas. Este estudo está relacionado a uma Dissertação de Mestrado desenvolvida pela mestrandia Laura de Oliveira Tomasi, junto ao grupo de pesquisa Fundamentos e Intervenções em Psicanálise, coordenado pela Dra Mônica Medeiros Kother Macedo do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade Psicologia da PUCRS. Tal estudo prevê a participação de indivíduos com idades entre 12 e 18 anos incompletos do sexo masculino e do sexo feminino. A partir da sua autorização, o adolescente participará de uma entrevista, a qual terá duração de uma hora e meia e será gravada em áudio. As entrevistas abordarão temas referentes a aspectos pessoais, sociais e familiares. Os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados para fins de publicações científicas, mas fica preservada a conservação do sigilo quanto à identificação dos participantes.

Informações sobre procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo poderão ser solicitadas através de contato com a psicóloga Laura de Oliveira Tomasi ou ainda com a Dr^a Mônica M. Kother Macedo, professora orientadora da pesquisa, pelo telefone (51) 3320-3633. O (a) participante poderá ainda, suspender sua participação nesta pesquisa a qualquer momento, sem qualquer ônus.

Eu, _____ (nome do responsável), _____ responsável pelo(a) _____ adolescente (nome do participante) fui informado(a) dos objetivos do estudo de forma clara e detalhada. Recebi as informações necessárias e esclareci minhas dúvidas, fornecendo livremente o consentimento de participação na pesquisa face às informações recebidas. Declaro ainda, que recebi uma cópia deste documento.

_____	_____
Assinatura do Responsável	Data
_____	_____
Mônica Kother Medeiros Macedo - CRP 07/03039	Data
_____	_____
Laura de Oliveira Tomasi – CRP 07/17606	Data

ANEXO D

Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos

Data: ____/____/____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ADOLESCENTE

Nome: _____

Sexo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Naturalidade/ Nacionalidade: _____

O(a) adolescente está estudando?

Sim Não

Série Atual: _____

Repetiu alguma série?

Não Sim Quantas vezes? _____

Qual série? _____

Como tem sido, atualmente, seu desempenho na escola?

Ótimo Bom Regular Ruim

Já foi suspenso(a) ou expulso(a) da escola? Por que?

Os professores tem queixas a seu respeito?

Não Sim

Quais são as queixas?

Falta de atenção Desorganização Falta de interesse

Não realiza as tarefas escolares Conduta inadequada: palavrões, brigas

Outras

Desde quando? _____

DADOS DE SAÚDE PESSOAL

Tem atividade(s) de lazer Não Sim

Qual/ Quais? _____

Apresenta alguma doença física? () Não () Sim

Qual? _____

Apresenta alguma doença psicológica? () Não () Sim

Qual? _____

Faz ou fez algum tipo de tratamento? () Não () Sim

Quais? _____

Toma medicamentos? () Não () Sim

Quais? _____

DADOS FAMILIARES

Com quem mora o(a) participante?

() Pai Idade: _____ Ocupação: _____

() Mãe Idade: _____ Ocupação: _____

() Irmãos Quantos? _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

() Avô/ Avó

() Outros _____ (Especifique)

Alguém na família faz/ fez tratamento médico e/ ou psicológico? () Não () Sim

Quem? _____

Motivo: _____

Se faz, há quanto tempo? _____

Se fez, por quanto tempo? _____

RENDA FAMILIAR:

Até 1 salário mínimo ()

1 a 3 salários mínimos ()

3 a 5 salários mínimos ()

Acima de 5 salários mínimos ()

DOS ITENS ABAIXO, ASSINALE QUAIS E QUANTOS VOCÊ POSSUI EM SUA RESIDÊNCIA.

Itens	Não tem	Tem			
		1	2	3	4 ou +
Televisão a cores	0	1	2	3	4 ou +
Rádio	0	1	2	3	4 ou +
Banheiro	0	1	2	3	4 ou +
Automóvel	0	1	2	3	4 ou +
Empregada mensalista	0	1	2	3	4 ou +
Aspirador de pó	0	1	2	3	4 ou +
Máquina de lavar	0	1	2	3	4 ou +
Videocassete e/ou DVD	0	1	2	3	4 ou +
Geladeira	0	1	2	3	4 ou +
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	1	2	3	4 ou +